

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Magnus Eduardo Goulart

**ANÁLISE DA DISCURSIVIZAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES POPULARES
OCORRIDAS NO BRASIL EM 2013 E SUA REPERCUSSÃO NO AMBIENTE
DIGITAL**

Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná, área de concentração de Estudos Linguísticos, linha de pesquisa Linguagem e Práticas Sociais.

Orientadora: Prof^a.Dr^a Gesualda Rasia

Curitiba/2015.

Catálogo na publicação
Vivian Castro Ockner – CRB 9º/1697
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Goulart, Magnus Eduardo
Análise da discursivização das manifestações populares ocorridas
no Brasil em 2013 e sua repercussão no ambiente digital. / Magnus
Eduardo Goulart. – Curitiba, 2015.
116 f.

Orientadora: Profª Drª Gesualda Rasia
Dissertação (Mestrado em Letras) - Setor de Ciências Humanas,
Letras e Artes,
Universidade Federal do Paraná

1. Letras – lingüística – linguagem e história.
2. França – análise do discurso – Pêcheux, Michel, 1938-1983. 3.
Movimentos de protesto – Brasil – 2013. I. Título.

CDD 410



Setor de Ciências Humanas
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Letras
Tel./Fax: +55 41 3360-5102

PARECER

Defesa de dissertação de mestrado de **MAGNUS EDUARDO GOULART** para obtenção do título de **Mestre em Letras**.

Os abaixo-assinados Gesualda L. dos Santos Rasia, Odissea Boaventura de Oliveira e Maria Cleci Venturini e arguíram, nesta data, o candidato, o qual apresentou a dissertação: **“ANÁLISE DA DISCURSIVIZAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES POPULARES OCORRIDAS NO BRASIL EM 2013 E SUA REPERCUSSÃO NO AMBIENTE DIGITAL”**.

Procedida a arguição segundo o protocolo que foi aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que o candidato está apto ao título de **Mestre em Letras**, conforme especificado abaixo:

Banca	Assinatura	APROVADO Não APROVADO
Dr ^a Gesualda L. dos Santos Rasia (Presidente)	UFPR	Aprovado
Dr ^a Odissea Boaventura de Oliveira	UFPR	Aprovado
Dr ^a Maria Cleci Venturini	UNICENTRO	Aprovado

Curitiba, 02 de outubro de 2015.

Prof^a Dr^a Patrícia da Silva Cardoso
Coordenadora

Agradecimentos

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal do Paraná; à minha orientadora, professora Gesualda Rasia, por acreditar nas ideias e na ambição de um desconhecido; às professoras Maria Cleci Venturini e Odissea Boaventura de Oliveira, pelas orientações e críticas pontuais para confecção deste trabalho; aos meus colegas alunos e professores da UFPR e da UNICENTRO, do Grupo de Estudos em Análise de Discurso, pelas discussões e pelo suporte teórico sobre noções sem as quais este trabalho jamais se concretizaria; à minha família e aos meus amigos, pelo apoio durante este período e, por fim, à minha esposa, Heloisa, que me apoiou desde o início nesta etapa e que conviveu com os meus altos e baixos, que não foram poucos.

A todos, minha gratidão!

Por tudo!

Repara bem no que não digo

(Paulo Leminski)

RESUMO

O presente trabalho analisa, com base nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso Francesa com ênfase em Michel Pêcheux, materialidades com alguns discursos de ordem referentes às Jornadas de Junho de 2013 no Brasil e seus diferentes efeitos de sentido, tanto a partir do discurso proveniente das ruas quanto a partir daquele veiculado pela mídia para noticiar os mesmos fatos históricos. Nesta análise, o jogo de forças entre mídia e redes sociais é representado por duas forças diferentes. Os movimentos *Passe Livre* e *Anonymous* representam a primeira, responsável pela organização dos protestos nas principais cidades do país. A definição *althusseriana* dos Aparelhos Ideológicos de Estado, caracterizada aqui por *mídia*, representa a segunda. A interação entre essas duas forças é o ponto norteador para que se estudem os papéis dos sujeitos nas relações de força, expressada por meio dos discursos ora observados e comparando-os com outros discursos de ordem presentes em movimentos de iniciativa popular ocorridos na Grécia em 2011 e na Turquia em 2013. A rede social como espaço de discursivização é vista, por meio do *Facebook* e do *Twitter*, como elemento indispensável na organização dos protestos nos três países e na manutenção do discurso desses protestos contra o governo e contra aquilo de que a mídia se vale para repercutir os mesmos fatos. O discurso da rua, uma vez no ambiente digital, ressignifica, assume novos efeitos de sentido e evoca outros domínios de memória nos sujeitos com ele relacionados. Partindo da discursividade **Não é por 20 centavos**, presente em uma das materialidades, são analisados as condições de produção, a posição sujeito, as relações de paráfrase e as de polissemia com outros discursos, o interdiscurso emergente, o conceito de imagem e a noção de memória discursiva na constituição do sentido em outras discursividades recortadas e suas relações com os domínios de memória do passado histórico recente do Brasil.

Palavras-chave: Michel Pêcheux, Análise de Discurso, Jornadas de Junho, Aparelhos Ideológicos de Estado, Discurso de Rua, Redes Sociais, Facebook, Twitter, Anonymous, Movimento Passe Livre.

ABSTRACT

This work analyzes, based on theoretical assumptions of French Discourse Analysis within the domain of the Pêcheutian French Discourse Analysis, some order discourses echoed during popular demonstrations, which took place in Brazil in 2013 and their meaning effects from both the discourse echoed in the streets and the one broadcasted by media to refer to the same historical facts. In this analysis, two different forces represent the power game between media and social networks. *Passe Livre* and *Anonymous* movements represent the first one, responsible for organize the demonstrations in the main cities of the country. The Althusserian definition of Ideological Apparatus of the State, characterized by *media*, represents the second one. The interaction between these two forces is the guiding point to examine the roles of the subjects in the power relations, expressed through the discourses observed and comparing them to some order discourses from popular movements from Grecia, in 2011, and Turkey, in 2013. Social networking as a discursivization space is seen through *Facebook* and *Twitter* as an indispensable element to the organization of the protests in the three countries and to the maintenance of these discourses against their governments and against what media reverberates to inform the same facts. Street discourse once at the digital environment resignifies, it assumes new meaning effects and evokes different memory domains in their related subjects. Starting from the discursivity **Não é por 20 centavos** (It's not for 20 cents), they are also observed the conditions of production, subject position, paraphrase relations, polysemy, the emerging inter-discourse, image concept and the discursive memory notion related to the constitution of meaning in other collected materialities and their relations to the memory domains in the Brazilian recent Historical past.

Keywords: Michel Pêcheux, Discourse Analysis, Jornadas de Junho, Ideological Apparatus of State, Street Discourse, Social Networking, Facebook, Twitter, Anonymous, Movimento Passe livre.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA NA LEITURA DAS MANIFESTAÇÕES	14
1.1 A IDEOLOGIA E O CONCEITO DE DISCURSO	17
1.2 REDE DISCURSIVA.....	23
1.3 PARÁFRASE E POLISSEMIA.....	24
1.4 INTERDISCURSO E MEMÓRIA DISCURSIVA	26
1.5 O SUJEITO E OS SENTIDOS	27
1.6 A IMAGEM E A MEMÓRIA NA CONSTITUIÇÃO DO SENTIDO.....	30
1.7 MEMÓRIA DISCURSIVA, MEMÓRIA INSTITUCIONAL E MEMÓRIA METÁLICA	33
2 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DAS JORNADAS DE JUNHO	36
2.1 RESSONÂNCIA DISCURSIVA DE SIGNIFICAÇÃO	37
2.2 AS MANIFESTAÇÕES NA GRÉCIA EM 2011	39
2.3 AS MANIFESTAÇÕES NA TURQUIA EM 2013	43
2.4 AS MANIFESTAÇÕES NO BRASIL EM 2013	47
2.5 O ESPAÇO URBANO E A CONSTRUÇÃO DE UM PARADIGMA DE ANÁLISE	71
2.6 A REDE SOCIAL COMO ESPAÇO DE DISCURSIVIZAÇÃO: DO SIGNIFICADO À SIGNIFICAÇÃO.....	74
3 METODOLOGIA E ANÁLISES	79
3.1 SOBRE A ARQUITETURA DA PESQUISA	79
3.2 JUNHO DE 2013 – O MÊS DA MUDANÇA	81
3.3 SOBRE AS MATERIALIDADES DE PESQUISA – O DISCURSO DA RUA NO AMBIENTE DIGITAL	83
3.4 NÃO É POR 20 CENTAVOS.....	84
3.5 O GIGANTE ACORDOU	93
3.6 VANDALISMO MENTAL – A MÍDIA DEMONIZADA	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	111
ÍNDICE DE TEXTOS	115

INTRODUÇÃO

A presente dissertação apresenta e analisa, a partir da ótica da Análise de Discurso com filiação em Michel Pêcheux, discursos de ordem presentes nas manifestações populares ocorridas no Brasil no acontecimento que ficou conhecido como as *Jornadas de Junho de 2013*.

Os objetivos da presente pesquisa são:

OBJETIVO PRINCIPAL

- Analisar materialidades com alguns discursos de ordem presentes nas manifestações populares ocorridas no Brasil nas Jornadas de Junho de 2013 quanto às suas condições de produção, as posições sujeito de seus discursos e as formações discursivas em que estão inseridos, o interdiscurso que se manifesta enquanto lugar de constituição dos enunciados estudados e suas relações com os domínios de memória de nosso passado histórico recente.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Situar as condições históricas de produção dos discursos objetos do estudo e seus domínios de memória;

- Identificar, a partir das materialidades selecionadas, as formações discursivas nas quais estas se inscrevem e as posições sujeito que nelas se assumem;

- Verificar os efeitos do *não dito* a partir das formações discursivas estudadas;

- Analisar materialidades que estabeleçam relações de paráfrase e de polissemia com os enunciados principais a fim de apontar seus equivalentes históricos e possíveis deslizamentos de sentido a eles relacionados;

- Investigar indícios do apagamento do agente em pelo menos uma das materialidades estudadas, e

- Traçar um perfil dos sujeitos envolvidos nos protestos de 2013 quanto aos lugares em que se inscrevem.

Para tanto, o corpo do trabalho é dividido, conforme o desenvolvimento das pesquisas, em três partes, intituladas *Análise do Discurso Francesa na leitura das manifestações; as condições de produção das Jornadas de Junho e Metodologia e análises*.

Na primeira parte, apresentamos os conceitos fundadores da Análise do Discurso de linha francesa, bem como suas origens e algumas das noções teóricas pertinentes às análises ora expostas nesta dissertação.

Esta dissertação parte das implicações do jogo de forças presentes na luta de classes e o discurso como plano de materialização dessa tensão entre os polos desse jogo de forças.

Por sua vez, a fim de se compreender os planos em que as materialidades de análise do presente trabalho operam discursivamente nesse jogo de classes, partimos dos conceitos de ideologia e de Aparelhos de Estado formulados por Louis Althusser relidos por Pêcheux, que servem de ponto norteador para que se compreendam os papéis de cada um dos sujeitos implicados na relação de forças que se esboça através dos cartazes, banners e charges utilizados como material de análise.

São trabalhados os conceitos de condições de produção, de formação discursiva, de processo discursivo, de paráfrase, de polissemia, do interdiscurso que emerge nos enunciados estudados, de imagem e de memória e do papel destes na constituição do sentido das materialidades pesquisadas.

A segunda parte, *As condições de produção das Jornadas de Junho*, apresenta um percurso histórico dos movimentos populares, cujos ecos se fazem sentir nas manifestações de 2013 ocorridas no Brasil e que remetem a outras manifestações ocorridas no país antes daquele ano. Apresenta também a forma de organização e de repercussão das Jornadas de Junho através das

redes sociais em ambiente virtual e cujo *modus operandi* remete a manifestações ocorridas na Grécia em 2011 e na Turquia em 2013 e que tiveram, em comum com os Levantes de Junho no Brasil, os efeitos da organização e da repercussão imediata através das redes sociais no dito ambiente virtual.

A apresentação dos cenários dos levantes ocorridos nesses dois outros países ajuda a compreender o papel das redes sociais na manutenção do discurso de protesto contra o governo, representado nesta dissertação por duas frentes. A primeira, representada pelo *Movimento Passe Livre*, organizador dos protestos contra o aumento das passagens de ônibus e metrô em diversas capitais federais e pelo *Movimento Anonymous*, ente atuante na organização das passeatas que se desdobraram a partir dos atos reivindicatórios pelo não aumento das tarifas. A segunda, por meio do papel dos Aparelhos Ideológicos de Estado, conforme define Althusser (1983, p.68), através do AIE de informação, caracterizado, para fins deste estudo, através da imprensa em suas vertentes de mídia digital (sítios de informação de internet), de jornais impressos e da mídia televisiva.

Estas duas frentes – movimentos populares, com sua representação virtual, e AIE de informação – constituem a tônica na tensão entre forças presente no discurso de protesto das manifestações das Jornadas de Junho.

A terceira e última parte, *Metodologia e análises*, apresenta a metodologia utilizada para a elaboração desta dissertação, com o título *Sobre a arquitetura da pesquisa*. O capítulo apresenta, antes de explicitar as materialidades coletadas e suas análises, uma síntese do ocorrido em meados de junho de 2013 quanto às manifestações no Brasil e, em *Sobre as materialidades de pesquisa – o discurso da rua no ambiente digital*, as materialidades pesquisadas propriamente ditas, com suas correspondentes parafrásticas coletadas no ambiente virtual e as análises decorrentes das relações de paráfrase e de ressonância encontradas, bem como dos lugares de inscrição dos sujeitos a elas relacionadas.

Os discursos são apresentados conforme sua relação com a materialidade anterior. Em nosso entendimento, o estudo dos discursos encontrados nas materialidades objeto de análise do presente trabalho não pode ser feito de forma isolada, estanque. A constituição da teia discursiva existente entre os discursos ora estudados é imprescindível para que as análises se tornem as mais expressivas possíveis.

Por fim, são apresentadas as conclusões a que a presente dissertação se dispõe.

1 A ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA NA LEITURA DAS MANIFESTAÇÕES

A Análise do Discurso Francesa (doravante AD) surgiu nos anos 60 do século XX , conforme Gadet “como um dispositivo que coloca em relação, sob uma forma mais complexa do que suporia uma simples covariação, o campo da língua (suscetível de ser estudada pela linguística em sua forma plena) e o campo da sociedade apreendida pela história (nos termos das relações de força e de dominação ideológica)” (2010, p. 8) e advém do pensamento estruturalista europeu, ou “sob uma conjuntura dominada pelo estruturalismo ainda pouco criticado na linguística, e triunfante por ser ‘generalizado’, isto é, exportado para as outras ciências humanas (por exemplo, por Lévi-Strauss ou Barthes), ou inspirador de reflexões mesmo quando não se declara explicitamente (por exemplo por Lacan, Foucault, Althusser ou Derrida); a linguística pode ainda ser chamada de ciência-piloto das ciências humanas” (idem).

A urgência de estudos que se concentrassem na superfície discursiva fez com que o uso da AD como instrumento científico de leitura a partir da intervenção política e portadora de uma crítica ideológica se consolidasse, principalmente a partir dos anos de 1968-1970, na figura de dois estudiosos que cunhariam, conforme Malidier (2010), através de estudos independentes, a análise do discurso propriamente dita: Jean Dubois e Michel Pêcheux¹:

Nos anos que precedem 1968-70, J. Dubois e M. Pêcheux, independentemente um do outro, elaboram o que vai se chamar análise do discurso. Ao tomarmos viés de dupla narração, muito sucinta, é a diferença, antes de tudo, que se destaca. Jean

¹ Embora tenha havido outros estudiosos cuja análise foi importante para o desenvolvimento das pesquisas que levaram às definições de M. Pêcheux nos textos que antecedem a *Análise automática do discurso*, em 1969, optamos por este recorte feito por Malidier para facilitar a ênfase dada a M. Pêcheux através do contraste inicial com Dubois. As inserções de outros nomes ligados ao desenvolvimento da teoria da AD serão feitas ao longo do corpo da presente dissertação.

Dubois, linguista, é um universitário. Seu trajeto é o de numerosos linguistas franceses da época: estudos literários, gramática, depois passagem para a linguística. É já um grande nome da linguística francesa, um lexicólogo reconhecido. (...) Michel Pêcheux, por sua vez, é filósofo. Desde o meio do decênio, ele se encontra envolvido nos debates teóricos que se desenvolvem na rua Ulm, em torno do marxismo, da psicanálise, da epistemologia (cf. Althusser, *Les cahiers pour l'analyse*.) Ele situa-se de início, no terreno da história das ciências. Passando a pesquisador no CNRS num laboratório de psicologia social, sua reflexão se inscreve de imediato nas questões da época sobre as ciências humanas. (MALDIDIÉ, 2010, p.11)

Ainda de acordo com Maldidier (ibidem), as preocupações comuns entre Dubois e Pêcheux no que concerne à luta de classes, história e movimento social, aliadas ao crescimento da linguística, desempenhariam um papel decisivo que, mesmo marcadas por teorias distintas, desenhassem um horizonte comum.

As ideias marxistas, aliadas ao prestígio que a linguística adquirira no final da primeira e no início da segunda metade do século XX serviriam, pois, de fator determinante para que a AD surgisse como uma arma que tivesse caráter científico e que fornecesse novos ares ao tratamento da política e das implicações da luta de classes e dos modelos de resistência no discurso.

Diferentemente de Dubois – para quem a AD é um “*continuum*: a passagem do estudo das palavras (lexicologia) ao estudo do enunciado (análise do discurso)” e, portanto, natural, M. Pêcheux –cujo trabalho é a linha principal deste projeto – pensa a AD como “uma ruptura epistemológica com a ideologia que domina nas ciências humanas (especialmente a psicologia). O objeto discurso, que reformula a fala saussuriana na sua relação com a língua, implica, de acordo com a fórmula althusseriana, uma mudança de terreno.” (ibidem). Essa ruptura traz à tona os conceitos de ideologia levantados por Althusser e abre espaço à Psicanálise, através do diálogo com Lacan.

Ao explicar sobre os AIE (Aparelhos Ideológicos do Estado), Althusser (1983) diz que estes “funcionam principalmente através da ideologia, e secundariamente através da repressão, seja ela bastante atenuada, dissimulada ou mesmo simbólica” (p.70).

A teoria de Althusser diz que, para manter sua dominação, a classe dominante gera mecanismos de perpetuação ou de reprodução das condições materiais, ideológicas e políticas de exploração e que existem dois tipos de aparelhos constituídos pelo Estado, os Aparelhos Repressores (ARE) – governo, polícia, exército – e os Aparelhos Ideológicos (AIE) – família, escola, religião – que entram em cena para manter a submissão da classe dominada às relações e às condições de exploração, ora atuando pela repressão, ora pela ideologia. Ou, de acordo com Brandão:

Dentre as diferenças que Althusser estabelece entre os ARE e os AIE estaria sua forma de funcionamento: enquanto os primeiros “funcionam de uma maneira massivamente prevalente pela repressão (inclusive física), embora funcionem secundariamente pela ideologia”, inversamente os segundos “funcionam de um modo massivamente prevalente pela ideologia, embora funcionando secundariamente pela repressão, mesmo que no limite, mas apenas no limite, esta seja bastante atenuada, dissimulada ou até simbólica”. (ALTHUSSER, 1970, p.47 *apud* BRANDÃO, 2012, p.23)

Os pressupostos encontrados em Althusser (*Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado, 1970*) servem de embasamento para uma releitura do materialismo histórico na pesquisa de Pêcheux e comporá algumas definições do quadro teórico da AD, conforme veremos a seguir.

1.1 A ideologia e o conceito de discurso

Em *Análise Automática do Discurso*, (doravante AAD69), Pêcheux não aborda diretamente o conceito de ideologia. Não é possível estabelecer uma relação explícita, por exemplo, do discurso com a ideologia. Segundo Henry:

De fato, os conceitos e as noções-chaves dos textos assinados por Thomas Herbert², que fazem explicitamente referência ao 'materialismo histórico' e à psicanálise, estão quase que completamente ausentes do livro de Pêcheux sobre a análise automática do discurso. Não há, no livro, senão uma única referência a uma 'teoria das ideologias' e a uma 'teoria do inconsciente' em uma nota de rodapé. Nesta nota, Michel Pêcheux diz somente que a teoria do discurso, tal como ele a concebe, não pode ocupar o lugar destas teorias, mas pode intervir em seu campo (HENRY, 2010, p.12).

Para Henry, “que este livro tenha sido publicado em uma coleção dirigida por dois psicólogos de renome, e que seu conteúdo tenha sido apresentado inicialmente como uma tese de doutorado em psicologia social, poderia levar a pensar que Pêcheux se utilizou de um codinome e que, nestas publicações acadêmicas, escondeu seu ponto de vista por puro oportunismo: evitar uma apresentação explícita e direta de suas orientações teóricas efetivas que, não estando na linha acadêmica da psicologia francesa, poderiam causar inconvenientes à sua carreira” (idem). Entretanto, de acordo com Narzetti (2010, p.54), “vale lembrar que essa relação não só não está explicitada; na verdade, ela ainda não está bem desenvolvida teoricamente”.

² Thomas Herbert foi o pseudônimo utilizado por Michel Pêcheux para publicar dois textos em entre 1966 e 1968: *Réflexions sur La situation théorique des sciences sociales (Cahiers pour l'analyse, 2, mar.-abr. 66)* e *Remarques pour une théorie générale des idéologies (Cahiers pour l'analyse, 9, 1968)*.

Tal desenvolvimento, ainda segundo Narzetti, torna-se possível com o refinamento do conceito de ideologia a partir das considerações de Althusser, apresentadas em *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*.

O entendimento de Althusser de que o funcionamento da ideologia dominante concentra-se nos Aparelhos Ideológicos de Estado e que essa relação é necessária para a manutenção das relações de produção, bem como o tratamento que dá ao que Brandão (2012) chama de “ideologia em geral” (reflexões acerca da distinção das ideologias particulares, como a religiosa, a moral, a jurídica, etc.) (p.24), seria, “no fundo, a abstração dos elementos comuns de qualquer ideologia concreta, a fixação teórica do mecanismo geral de qualquer ideologia” e apresenta a formulação de três hipóteses:

- a) “a ideologia representa a relação imaginária de indivíduos com suas reais condições de existência”.
- b) “a ideologia tem uma existência porque existe sempre num aparelho e na sua prática ou suas práticas”.
- c) “a ideologia interpela indivíduos em sujeitos”.

Sendo que em (a), a ideologia seria a forma como o indivíduo vivencia sua relação com as condições de existência através do imaginário e em (b) a manifestação da ideologia torna-se material apenas através de “um aparelho ideológico material que prescreve práticas materiais governadas por um ritual material, práticas que existem nas ações materiais de um sujeito” (McLennan et al., 1977 *apud* Brandão, 2012, p.25).

Embora (a) e (b) sejam necessários para o entendimento de (c), é sobre este que repousa a atenção especial da influência das conclusões sobre a ideologia althusseriana para o recorte teórico da AD a ser explorado aqui.

Para Michel Pêcheux, por sua vez:

A modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que convencionou chamar *interpelação* ou *assujeitamento* do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja *conduzido*, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, *a ocupar o seu lugar* em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção (PÊCHEUX, 2010, p.162).

De acordo com ele, “vê-se claramente que é impossível *identificar* ideologia e discurso (o que seria uma concepção idealista da ideologia como esfera das ideias e dos discursos), mas que se deve conceber o discursivo como um dos aspectos materiais do que chamamos de materialidade ideológica” (Idem, p. 163). Esse raciocínio, ainda segundo ele, leva a concluir que a “espécie discursiva” pertence ao “gênero ideológico”.

A relação entre a ideologia althusseriana e a teoria de Pêcheux se dá, então, através da relação das formações ideológicas, que “comportam necessariamente (...) uma ou mais formações discursivas interligadas em sua composição” (2010, p. 164) e que, segundo ele, determinam o que pode e o que deve ser dito a partir de uma determinada posição, em dada conjuntura, ou seja, em uma certa relação de lugares inscrita em uma relação de classes e no interior de um aparelho ideológico. Diz, então, que as formações discursivas são provenientes de *condições de produção* específicas.

Pêcheux (2010, p.162) alega que a interpelação dos indivíduos em sujeitos pela ideologia “nunca se realiza em geral”, mas sempre “através de um conjunto complexo determinado de *formações ideológicas*” (FI), sendo estas

[...] um conjunto complexo de atitudes e representações que não são ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras. (PÊCHEUX, 2010, p.163)

Para Pêcheux, a FI servirá de elemento necessário para a construção da representação na *formação discursiva* (FD).

O conceito de *formação discursiva* surge primeiro com Foucault (2002, p. 43), que a funda enquanto um conjunto daquilo que é enunciável a partir de regularidades no discurso.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade”. (FOUCAULT, M. 2002, p. 43).

Foucault esboça os fundamentos das *condições de produção* (CP), a serem relidas por Pêcheux, como *regras de formação*, sendo estas as condições a que os elementos de uma dada repartição discursiva – os objetos, a modalidade de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas – estão submetidos. Para ele, as *regras de formação* são as *condições de existência* (e de coexistência) *em uma dada repartição discursiva* (idem).

Pêcheux, por sua vez, ao reler a noção de *formação discursiva* desenvolvida por Foucault, *desloca-a* e a submete à noção de *formação ideológica* desenvolvida por Althusser:

Dito de outro modo, a *espécie discursiva* pertence, assim pensamos, ao *gênero* ideológico, o que é o mesmo que dizer que as formações ideológicas de que acabamos de falar ‘comportam necessariamente’, como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas* interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura’, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes (PÊCHEUX, 2010, p. 164).

De forma que a matéria constitutiva da FI “se esvanece” aos olhos do sujeito, o que implica, segundo ele, no “esquecimento nº1, inevitavelmente inerente à prática subjetiva da linguagem”:

O termo “esquecimento” não remete, aqui, a um distúrbio individual da memória. Designa, paradoxalmente, *o que nunca foi sabido* e que, no entanto, *toca mais próximo* o “sujeito falante”, na estranha familiaridade que mantém com as causas que o determinam em toda ignorância de causa (PÊCHEUX, 2010, p.166).

Dessa forma, Pêcheux esboça a noção do Esquecimento nº1 da teoria da AD, o “esquecimento ideológico”, onde afirma que o sujeito não tem consciência de não ser a origem do que diz, pois retoma, inconscientemente, sentidos ideológicos pré-existentes. Ou tem a impressão de, como diz Orlandi, “ser o primeiro homem, dizendo as primeiras palavras que significariam apenas e exatamente o que queremos” (2012, p. 35).

Pêcheux afirma, entretanto, que a existência do Esquecimento nº1, da ordem do inconsciente, está ligada a outra forma de esquecimento simultânea, que diz respeito à ordem da enunciação. Este esquecimento, chamado Esquecimento nº 2, é resultado do processo de paráfrase, e indica que uma determinada sequência discursiva produzida tem seu processo de produção apagado aos olhos do próprio sujeito que a produz ou reconhece. Conforme Orlandi:

O esquecimento número dois, que é da ordem da enunciação: ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outras, e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro. Ao falarmos “sem medo”, por exemplo, podíamos dizer “com coragem”, ou “livremente” etc. Isto significa em nosso dizer e nem sempre temos consciência disso. Este “esquecimento” produz em nós a impressão da realidade do pensamento. Essa impressão, que é denominada ilusão referencial, nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos

que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras, que só pode ser assim. Ela estabelece uma relação “natural” entre palavra e coisa. Mas este é um esquecimento parcial, semiconsciente e muitas vezes voltamos sobre ele, recorremos a esta margem de famílias parafrásticas, para melhor especificar o que dizemos (ORLANDI 2012, p. 35).

Assim, para a teoria da AD, o sujeito:

- a) Ao enunciar, pressupõe algo que poderia ser dito de outra maneira, com outros efeitos de sentido que se fariam presentes a partir daquilo que é interdito no dizer (Esquecimento nº2).
- b) Afetado pela ideologia e de forma inconsciente, tem a ilusão de ser a origem do dizer (Esquecimento nº1).

Os esquecimentos de que trata a teoria da AD são, portanto, pontos norteadores para a análise das materialidades objetos desta pesquisa. Os dizeres de ordem estudados e o lócus em que foram veiculados – a via digital – são integrantes de um lugar de conflito envolvendo o discurso da mídia e o dos sujeitos das redes sociais e remetem às manifestações populares das ruas e aos domínios de memória a elas relacionados.

Esse *lugar de conflito* deriva significações diferentes a partir das especificidades de veiculação das informações que o distinguem das manifestações da rua. O confronto de ideias pelas palavras significa de modo diferente nas redes sociais quando contraposto àquilo que é exposto pela mídia acerca dos mesmos fatos retratados nas ruas.

Pêcheux, ao tratar da definição de *processo discursivo*, assim trata essa diferença de significações:

[...] se uma mesma palavra, uma mesma expressão e uma mesma proposição podem receber sentidos diferentes – todos igualmente “evidentes” – conforme se refiram a esta ou aquela formação discursiva, é porque – vamos repetir – uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem *um* sentido que lhe seja

“próprio”, vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva (PÊCHEUX, 2010, p.149).

Os diferentes efeitos de sentido gerados a partir da palavra *manifestante*, por exemplo, sob a ótica da mídia e sob a ótica dos sujeitos protestantes das Jornadas de Junho, seja daqueles que foram às ruas ou daqueles que se manifestaram através das redes sociais, evidenciam a *constituição de sentido* de que trata Pêcheux, conforme veremos na presente dissertação. Para a chamada *grande mídia*, o sentido de *manifestante* se estende, em dado momento, à de *vândalo*, enquanto para os manifestantes a mesma noção (o mesmo sentido) compreende aquele que reivindica por *seus* direitos perante o governo. Em ambos os casos, conforme Pêcheux (*idem*), a constituição do sentido se dá o âmbito da formação discursiva a que se filiam os sujeitos do discurso.

1.2 Rede discursiva

Ferreira (2003, p.44) refere-se ao processo discursivo como uma *tessitura*, um *tecido*. Exemplifica adicionalmente que entre as metáforas a ele aplicadas uma retoma a ideia de uma *rede*. Isso porque o discurso, em sua completude, organiza-se em fios e nós que se ligam uns aos outros pelos efeitos de sentido, pelas relações de paráfrase, de polissemia, etc. Essas *ligações*, tal qual uma rede, compõem um todo que é organizado, porém não fechado em si mesmo. Ainda, de acordo com Ferreira:

Os fios que se encontram e se sustentam nos nós são tão relevantes para o processo de fazer sentido, como os furos, por onde a falta, a falha se deixam escoar. Se não houvesse furos, estaríamos confrontados com a completude do dizer, não havendo espaço para novos e outros sentidos se formarem. A rede, como um sistema, é um todo organizado, mas não fechado, porque tem

os furos, e não estável, porque os sentidos podem passar e chegar por essas brechas a cada momento. Diríamos, então, que um discurso seria uma rede e como tal representaria o todo; só que esse todo comporta em si o não-todo, esse sistema abre lugar para o não-sistêmico, o não-representável. Temos aí a noção de real da língua, como o lugar do impossível que se faz possível pela língua. (FERREIRA, 2003, p.44).

As *redes discursivas* permitem que a materialidade da língua, seus múltiplos efeitos de sentido e suas relações de paráfrase, por exemplo, liguem-se uns aos outros através de *fiões de significação*, sempre perpassados, porém, pela presença constante do ausente, do não-dito, do esvanecido, que se faz tão presente e é tão importante quanto no significar. A rede como representação do discurso dá a forma de um sistema que, ao mesmo tempo dá conta de si próprio e abre espaço para ser preenchido pelo novo.

1.3 Paráfrase e Polissemia

Para Pêcheux (2012, p. 165), a *leitura* de um texto ou de uma frase não constitui simplesmente uma “tomada de informação”. Para ele, o *sentido* de um texto só existe em referência a outros textos já existentes e que constituem o *contexto* daquilo que é dito e aos quais as modalidades de acessibilidade são *extraordinariamente variáveis*.

A Análise do Discurso, segundo o autor, contenta-se em *cercar o sentido* de uma determinada sequência discursiva – cuja extensão pode ser indeterminada – por meio das possibilidades de substituição, comutação ou de paráfrase.

À estrutura de informações (dados) componentes de uma materialidade discursiva, ou *corpus*, atribui-se um sistema diversificado, heterogêneo, internamente contraditório, o que contrapõe a ideia de um simples *banco de dados*. Esse *não-banco-de-dados* (neologismo nosso) é, portanto, premissa básica para o entendimento das relações de opacidade e de ambiguidade

encontradas no discurso e que permite a leitura, a inferência dos sentidos daquilo que é dito, a partir da referência a outros textos.

Orlandi (2012, p.36), por sua vez, assinala que a linguagem, em seu funcionamento, assenta-se na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos. O dizer traz em si algo que se mantém, ou seja, a memória do dizível. Essa *memória*, por sua vez, é uma das responsáveis pelas diferentes formulações acerca de um mesmo dizer sedimentado, já-dito.

O *retorno* ao já-dito, ao dizer sedimentado historicamente, implica, segundo a teoria da Análise do Discurso, em duas situações não-excludentes, que trabalham continuamente o dizer, estabelecendo a tensão entre *o mesmo* e *o diferente* (idem). Essa *tensão*, conforme explicita Orlandi, configura as noções de paráfrase e de polissemia, em que:

PARÁFRASE – O MESMO

POLISSEMIA – O DIFERENTE

Tais conceitos, embora em uma primeira leitura pareçam algo relativamente simples de identificar devido às suas características de coexistência e de não-excludência, configuram noções relativamente complexas – e ao mesmo tempo pilares – da teoria da Análise do Discurso. Em paralelo, repousam sobre uma série de outras noções teóricas sem as quais, julgamos, torna-se muito difícil fazer a distinção conceitual entre *o mesmo* e *o diferente* e, por conseguinte, estabelecer as relações que são a base da análise da presente dissertação.

Para Orlandi (1988, p. 15), a produção dos sentidos no discurso não é decidida pelas condições de produção imediatas, mas pela memória, pelo *interdiscurso*.

1.4 Interdiscurso e memória discursiva

Por *interdiscurso* referimos ao já-dito, aquele que sustenta a possibilidade mesma do dizer, que reside no fato de que algo fala antes, em algum outro lugar e que faz com que, para que as palavras tenham sentido, essas palavras já tenham sentido.

Não obstante a necessidade de algo falar antes, em algum lugar, esse conjunto de dizeres do *já-dito*, esquecido pelo sujeito, mas que faz parte de seu repertório construído através da história e representado por meio da ideologia, constitui o que se chama *memória discursiva*.

Pode-se dizer, então, de acordo com Orlandi (idem, p.16), que papel do *interdiscurso* opera em conjunto com a *memória discursiva* na produção dos sentidos, e que a interpretação se dá *entre* a memória institucional (arquivo) e os efeitos da memória (interdiscurso). Essa produção dos sentidos, por sua vez, se faz em “relação a”, onde a língua se inscreve na história para significar. A memória institucional, ao operar sob os efeitos do interdiscurso, produz a impressão de um saber ter sempre “estado lá”, não aprendido, mas que vem por filiação.

Ao se analisar o discurso, há de se levar em consideração o *dizer* analisado e o que é dito em outro *dizer*, bem como o modo como ambos são ditos, visando a “escutar” a presença do *não-dito* entre esses dois discursos – uma ausência necessária. Assim, escuta-se naquilo que é dito o que não se diz, mas que constitui igualmente os sentidos.

Para Pêcheux (2004), a tarefa dessa *escuta* é *descolar da obsessão da ambiguidade [...] para abordar o próprio da língua através do equívoco, da elipse, da falta, etc.*

Ao *equívoco* referido por Pêcheux, reportam duas ordens diferentes:

- O equívoco referido ao sujeito é da ordem do inconsciente.

- O equívoco referido à história é da ordem da ideologia.

A própria língua, por sua vez, funciona ideologicamente. Assim, o estudo da presença do *não-dito* como materialidade existente se faz a partir dos equívocos em relação ao sujeito e em relação aos efeitos de sentido de um determinado discurso na história: o dizer só pode ser um e não outro (Esquecimento nº 2) e o sujeito tem a impressão de ser o primeiro a formular um determinado dizer (Esquecimento nº 1), sendo afetado inconscientemente e ideologicamente pelas marcas linguísticas na história.

1.5 O sujeito e os sentidos

Na Análise do Discurso, a noção de sujeito refere a um lugar, a uma posição discursiva que se dá na constituição dos sentidos.

Essa noção, por sua vez, traz, como aquela responsável pela organização do sentido e pela unidade do texto na instância da formulação, a função de *autor*. A função autor do sujeito é, de acordo com Orlandi, *o princípio de agrupamento do discurso, unidade e origem de suas significações, o que o coloca como responsável pelo texto que produz* (ORLANDI, 1988, p.13).

Ao formular, o sujeito recorre ao repertório do *já-dito* para se constituir com tal em uma sequência de formulações. É impossível a ele evitar a repetição. A repetição própria, conforme já dissemos, é o que torna um dizer interpretável. Faz-se necessário que esse dizer seja inscrito na ordem do repetível.

O sujeito, ao recorrer ao *já-dito* em seu novo dizer e inscrevendo-o na ordem do repetível, o faz de forma particular, inaugurando ainda (mais) um lugar de interpretação em meio aos outros já existentes na memória discursiva. Ao produzir esse efeito de inscrição de sua formulação no interdiscurso e na inauguração de (mais) um lugar de interpretação, o sujeito (autor) assume a posição de *autoria*, produz um *efeito interpretativo*, que faz *sentido*.

Para compreender paráfrase e polissemia, é necessário compreender o *sentido*, que é a *relação a*. Tomando-se as Condições de Produção do discurso como a situação imediata ou a circunstância da enunciação, tem-se, de acordo com Orlandi (1998, p.15):

- a. Mesmas palavras, mesmo sentido, diferentes locutores;
- b. Mesmas palavras, mesmo sentido, diferentes situações;
- c. Palavras diferentes, mesmo sentido, diferentes locutores;
- d. Palavras diferentes, mesmo sentido, diferentes situações.

Sendo que o mesmo sentido, sendo substituído por “diferentes” sentidos em (a, b, c, d) apresentará as variáveis polissêmicas a', b', c', d'.

As diferenças de sentido percebidas pela formulação do esquema de Orlandi podem ser vistas nas análises dos dizeres presentes nas materialidades de que trata a presente dissertação.

Do ponto de vista da cobertura midiática e das reivindicações por parte dos manifestantes, o enunciado: *Não é (só) por vinte centavos*, apresenta o seguinte esquema e cujos efeitos de sentido são estudados no capítulo 3 da presente dissertação:

Não é (só) por vinte centavos.

- a) As mesmas palavras, o mesmo sentido, produzido tanto pela mídia quanto pelos manifestantes.
- b) As mesmas palavras, o mesmo sentido, produzido tanto pela mídia quanto pelos manifestantes *após o agigantamento* e a repercussão das manifestações.
- c) Palavras diferentes (Não é por centavos. É por direitos.), o mesmo sentido, produzido tanto pela mídia quanto pelos manifestantes.

- d) Palavras diferentes (Não é por centavos. É por direitos.), o mesmo sentido, produzido tanto pela mídia quanto pelos manifestantes *após* o *agigantamento* e a repercussão das manifestações.

Por sua vez, ao substituir-se *o mesmo sentido* por *sentidos diferentes* nos enunciados acima expostos, obter-se-ão as respectivas variáveis (a', b', c', d'), a saber:

Não é (só) por vinte centavos.

- e) As mesmas palavras, sentido diferente, produzido tanto pela mídia quanto pelos manifestantes.
- f) As mesmas palavras, sentido diferente, produzido tanto pela mídia quanto pelos manifestantes *após* o *agigantamento* e a repercussão das manifestações.
- g) Palavras diferentes (Não é por centavos. É por direitos.), sentido diferente, produzido tanto pela mídia quanto pelos manifestantes.
- h) Palavras diferentes (Não é por centavos. É por direitos.), sentido diferente, produzido tanto pela mídia quanto pelos manifestantes *após* o *agigantamento* e a repercussão das manifestações.

A partir desse esquema, constata-se que *o que funciona no jogo entre o mesmo e o diferente é o imaginário na constituição dos sentidos, é a historicidade na formação da memória*. As mesmas palavras, com um mesmo sentido, com diferentes locutores/situações e as mesmas palavras, com sentidos diferentes e com diferentes locutores/situações remetem a diferentes constituições de sentidos e que a historicidade dos fatos relatada a partir dos discursos nas diferentes posições (a, b, c, d e a', b', c', d') interferem na formação da memória discursiva.

Por fim, distingue-se *o mesmo* e *o diferente*, por suas definições, como sendo:

O MESMO – apesar da variedade da situação e dos locutores, há um retorno ao mesmo espaço dizível (PARÁFRASE).

O DIFERENTE – nas mesmas Condições de Produção imediatas (locutores e situação) há um deslocamento, um deslizamento nos sentidos (POLISSEMIA). (ORLANDI, 1988, p.15).

Sendo que na polissemia existe a produção de efeitos metafóricos, a transferência de sentidos, a resignificação. O sujeito, por sua vez, *diz* pela repetição – pelo efeito do *já-dito* - e pelo deslocamento – pela *historicização* (Idem, p.16) E isso é possível porque se pensa a língua como lugar de contradição.

Os deslocamentos, por sua ordem, são produzidos pelo que Orlandi define como *o jogo (das e nas regras da língua)*. O jogo é estruturante. Ele afeta a materialidade discursiva, não produzindo apenas uma substituição de conteúdo.

Os processos parafrásticos se constituirão, portanto, como aqueles em que todo dizer sempre contém algo que se mantém (a memória) e que representam o retorno aos mesmos espaços do dizer, com diferentes formulações sobre o mesmo dizer sedimentado.

Já a polissemia representa a ruptura com os processos de significação. Os sentidos e os sujeitos sempre podem ser outros, mas nem sempre o são. Depende de como são afetados pela língua e de como se inscrevem na história.

A paráfrase é a matriz do sentido, diz Orlandi (2012, p.38). De acordo com ela, não há sentido sem repetição. A polissemia, por sua vez, é a *fonte da linguagem e condição de existência dos discursos (idem)*. Se os sentidos e os sujeitos fossem os mesmos, não haveria a necessidade do dizer.

1.6 A imagem e a memória na constituição do sentido

Venturini (2009, p.130) afirma que a imagem cumpre dois papéis primordiais: cenário e linguagem. O visual é, também ele, materialidade discursiva. Enquanto cenário, a imagem adquire uma função ilustrativa,

constituindo, por sua vez, a memória discursiva – através de paráfrase – de algo que é mantido pela repetição, que mantém atualizados os dizeres. Ainda segundo ela:

[...] a tradução de uma imagem pelo verbal dá espaço ao silêncio e possibilita o não-dizer, que é constitutivo do sentido e pode desencadear outros significados, constituindo o diferente, o polissêmico (VENTURINI, 2009, p.130).

E a fim de que a imagem seja interpretada devem ser considerados o lugar da materialidade, a circulação dessa imagem e sua relação com o suporte, uma vez que tanto este quanto aquela são pré-requisitos (necessários) para que se constitua o sentido.

Observamos na presente dissertação que a presença do imagético nas discursividades, veiculadas pela mídia por um lado e nas redes sociais por outro, incorpora uma série de retornos que produzem apagamentos, deslizamentos e mesmo esquecimentos. Ou, conforme Venturini,

[...] os elementos do pré-construído, que se produzem no exterior do discurso e organizam a repetição por meio do retorno de imagens (vistas como enunciados), provocando, eventualmente, apagamentos, esquecimentos e, às vezes, a degeneração (idem, p. 130).

Por “pré-construído” entende-se o *sempre-já-aí* da interpelação ideológica que, conforme Pêcheux, *fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade (o ‘mundo das coisas’)* (2010, p. 151).

Para a autora tanto uma mesma imagem, quanto enunciados verbais, retornam em diferentes formulações, migrando saberes de uma FD para a outra, em um movimento que determina os saberes e os sentidos. Em outras palavras, o que pertence a um domínio passa a outro. E essa migração, no trabalho de pesquisa desta dissertação, poderá ser observada por meio dos constituintes parafrásticos dos enunciados que compõem as materialidades objetos de análise.

Jean Davallon (1999, p.30) define a imagem como “um operador de simbolização”. Antes disso, caracteriza a imagem como um dispositivo pertencente à *estratégia de comunicação* que tem a “capacidade, por exemplo, de regular o tempo e as modalidades de recepção da imagem em seu conjunto ou a emergência da significação”. Afirma que a imagem tem a capacidade de conferir a força da lembrança ao quadro da história, sendo o registro da relação intersubjetiva e social.

A imagem, traduzida aqui não apenas como o referencial pictórico, mas como um elemento constituinte de memória, evoca, de acordo com Davallon, o papel da imagem contemporânea como operadora de memória. Evoca, além disso, a noção de que a memória coletiva “só retém do passado o que ainda é vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que o mantém”, ao mesmo tempo em que, para que um acontecimento encontre sua vivacidade, ele seja (re)construído a partir de dados e de noções que sejam comuns aos diferentes membros da comunidade social relacionada ao fato.

Neste ponto, interferência nossa, ressalta-se que a consideração da constituição da imagem como sendo da *memória de consciência de um grupo*, a partir do que afirma Davallon, insere essa memória “coletiva”, intrinsecamente ligada à noção de formação discursiva a que o sujeito ou os sujeitos estão filiados. A (re)significação da imagem está diretamente vinculada à filiação do sujeito a uma determinada formação discursiva para que evoque os mesmos domínios de memória comuns a toda a comunidade a que se refere.

Nesta dissertação, se faz necessário observar as condições de produção nas quais os sujeitos dos discursos de ordem estudados se situam e as condições de produção dos movimentos das ruas para que se trace uma ponte entre a contemporaneidade dos gritos de ordem de 2013 e os domínios de memória que eles fazem emergir.

Para Brandão (2004, p.98), o *domínio de memória* “diz respeito ao conjunto de sequências discursivas preexistentes à ‘sequência discursiva de

referência' (sequência discursiva tomada como ponto de referência a partir do qual o conjunto dos elementos do *corpus* receberá sua organização).

Tais sequências discursivas, segundo ela, constituem o grupo de redes de formulações que, com as "formulações de referência", permitem verificar os efeitos de memória que uma determinada enunciação de uma sequência discursiva produz no processo discursivo. (p.99)

Esses efeitos de memória articulam-se, portanto, ao nível de uma Formação Discursiva, tanto no nível do interdiscurso, em que se englobam as tradições transmitidas entre gerações e reguladas pelas Instituições quanto no nível do intradiscurso, remetendo ao *tempo curto da atualidade* de uma enunciação (p.101).

Considerando, pois, essa articulação do efeito de memória em uma dada FD, tanto no interdiscurso quanto no intradiscurso, compreender-se-á melhor, por exemplo, referências às Instituições (Pátria, Família, Religião), que porventura surgirão neste trabalho, como pertencentes a uma Formação Discursiva em que tais elementos institucionais sempre estiveram presentes, seja no domínio de memória interdiscursivo quanto na evocação mais recente desse domínio, em campo intradiscursivo.

1.7 Memória discursiva, memória institucional e memória metálica

O entendimento dos efeitos de sentido gerados a partir tanto das materialidades objetos de análise na presente dissertação quanto do meio em que estas foram difundidas (o virtual), cremos, pode ser melhor desenhado a partir da verificação de três domínios de memória distintos, a saber: a *memória discursiva*, a *memória institucional* e a *memória metálica*.

Orlandi (2010) afirma que na produção dos sentidos há três momentos indissociáveis: constituição, formulação e circulação dos sentidos. Aponta

também que, a depender de como se relacionam esses momentos há, para efeitos gerais, a constituição de uma natureza de memória.

A *memória discursiva* a que refere a autora, ou o *interdiscurso*, é, conforme já dissemos, aquela em que *algo fala antes*, que produz o efeito do *já-dito*.

Como *memória institucional (arquivo)*, Orlandi refere aquela que normatiza o processo de significação, que é mantida, praticada pelas Instituições (escola, igreja, etc.) e a que é atrelada à individualização do sujeito pelo Estado por meio de determinada textualidade documental, como as convenções, os dogmas, as leis.

Por fim, por *memória metálica* refere àquela em que não existe produção pela historicidade, mas por um *construto técnico* (Idem, p.09) e que é a memória produzida pela mídia, pelas novas tecnologias de linguagem. O conceito de *memória metálica* supõe a horizontalização da memória, sem que haja uma *estratificação*, mas sim um acúmulo de informações em redes de filiação sem muita profundidade, em que a quantidade sobrepõe a profundidade.

Produtividade na repetição, variedade sem ruptura. E o mito, justamente, desta forma de memória é o “quanto mais, melhor”. O que é discutível do ponto de vista do que chamamos memória discursiva, a constituída pelo esquecimento. Por ela, sabemos que o possível está justamente no esquecimento. Dessa perspectiva, é pouco favorável ter-se uma memória saturada. (ORLANDI, 2010, p.09)

A contar as diferenças de memória, há de se contar a forma diferente como elas afetam a relação entre a constituição, a formulação e a constituição dos sentidos. De acordo com Orlandi (idem, p.10), *qualquer forma de memória tem uma relação necessária com a interpretação (e, conseqüentemente, com a ideologia)*.

No presente trabalho, o conceito de *memória metálica* ajuda a delimitar a profundidade da leitura das informações veiculadas pela mídia quanto aos fatos ocorridos nas Jornadas de Junho de 2013, bem como a repercussão dos protestos da Jornada nas redes sociais e no fenômeno de adesão/participação crescente de sujeitos nas manifestações à medida em que elas ocorreram. A (inter)relação entre o conceito de *memória metálica* e o desencadear das ações aqui expostas será melhor entendida quando das condições de produção das Jornadas de Junho, em seu capítulo específico.

2 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DAS JORNADAS DE JUNHO

Para situar os fatos ocorridos nas Jornadas de Junho de 2013, é necessário fazer um recorte de imagens contemporâneas em outros movimentos populares e resgatar alguns acontecimentos históricos que ajudam a compor as condições de produção e a memória dos discursos presentes nas manifestações no Brasil.

De acordo com Orlandi:

A memória (...) tem suas características quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. (ORLANDI, 2012. p. 31)

As manifestações populares de 2013 trouxeram em si ecos históricos de outras manifestações recentes ou mesmo contemporâneas à época quanto à forma de mobilização dos sujeitos nelas envolvidos. As redes sociais, conforme já dissemos, desempenharam relevante papel na divulgação dos protestos, informando datas e locais do encontro dos manifestantes. Operaram também através da interação síncrona entre os sujeitos na disseminação simultânea dos fatos espelhando a fragmentação das posições dos sujeitos acerca dos discursos ora expostos nessas redes.

Para que se possam traçar as condições de produção dos discursos ora analisados nesta dissertação, faz-se necessário traçar um panorama do momento histórico dos protestos ocorridos em outros dois países em cujas manifestações houve a atuação direta das redes sociais: Grécia em 2011 e Turquia em 2013.

2.1 Ressonância Discursiva de significação

Esse panorama histórico pode ter seus efeitos de sentido melhor percebidos enquanto *releituras* quanto ao modo de organização das manifestações e de alguns discursos de ordem que, de forma bastante pontual, repercutiram na organização das Jornadas de Junho de 2013.

O que aqui chamamos de *releituras* é definido por Serrani-Infante (1997a) como *ressonância discursiva de significação*. Essa noção, elaborada a partir de estudos que a autora realizou de funcionamentos discursivos em fenômenos parafrásticos, caracteriza-se por um *efeito de vibração semântica mútua* (idem) a partir da ligação, no discurso, de duas (ou mais) unidades linguísticas, ou de dois modos de dizer, e que constituem, a partir dessa vibração, uma realidade “imaginária” de um mesmo sentido.

A ressonância permite ainda a inclusão do sujeito da linguagem no conceito de paráfrase, uma vez que ao ressoar, algo ressoa *para alguém*, seja na dimensão entre interlocutores empíricos, seja na dimensão dos sujeitos, na dimensão daquele que exerce a função enunciativa em uma determinada FD. (1997b, p.47)

Ainda sobre a noção de ressonância destaca Serrani-Infante que

A partir da análise de ressonâncias podem ser elaborados *esquemas interdiscursivos de repetibilidade*, visando a representar mais do que a forma do repetido, o efeito de sentido produzido pelas relações entre as formas linguísticas localizáveis na cadeia. O esquema é da ordem do interdiscurso porque sua elaboração é possível somente depois de analisar as sequências discursivas como integrantes de domínios de memória, de atualidade e de antecipação, tal como definidos, por exemplo, por J. J. Courtine (1981). Mas o que, concretamente, penso que é de interesse [...] é que, no fundamento dessa elaboração da noção de ressonância, esteve a conceitualização de formação discursiva

enquanto espaço de reformulação-paráfrase, onde se constitui a ilusão necessária de uma "intersubjetividade falante" (M. Pêcheux, 1988). Essa ilusão há de entender-se como sendo da esfera do chamado esquecimento nº 2, isto é, do processo de seleção entre o dito e o não dito na produção de linguagem. (SERRANI-INFANTE, 1997a).

Nos casos das manifestações ocorridas na Grécia, Turquia e no Brasil, entre os efeitos de sentido percebidos para a realização desta dissertação permeiam, entre outros fatores, o *lócus* de ocorrência da organização dos protestos – a via das redes sociais - bem como a memória do discurso de opressão popular por parte dos governos que, ressalvadas as devidas proporções, não representavam o *discurso* dos cidadãos que os constituíram, enquanto entes governamentais, em um determinado momento histórico. Para os protestantes dos três países em questão – e aí é determinante que se faça a distinção da história de opressão vivida por três povos diferentes e cuja ressalva fizemos – seu governo não os representa diante das reivindicações apresentadas e consideradas justas pela massa protestante.

O que se constata *a priori* é que, mesmo dentro das suas especificidades reivindicatórias, os discursos dos manifestantes dos três países observados evocam a mesma *vibração* quanto a seus constituintes, operando, como elementos de ressonância uns dos outros na construção temporal dos fatos e na memória que tais fatos evocam.

As manifestações do plano internacional de que trata esta dissertação serão tomadas como recortes³ que compreendem postagens de redes sociais, conforme veremos a seguir.

³ Os recortes das materialidades a que se refere a presente dissertação são tratados como "textos".

2.2 As manifestações na Grécia em 2011

Em 2011, a Grécia passou por um dos momentos mais turbulentos de sua história recente. Em recessão, o país viu seu governo adotar uma série de medidas de austeridade que visavam a diminuir os empréstimos feitos junto à União Europeia e ao Banco Central Europeu.⁴

Tais medidas de austeridade consistiam, em síntese, no congelamento dos salários dos servidores públicos, no reajuste do preço da gasolina, na revisão da idade mínima para a aposentadoria e no aumento dos impostos.

O *pacote* não foi bem recebido pela população grega, que iniciou uma onda de protestos por todo o país, alguns deles culminando em atos de violência e de vandalismo que, por questões de restrição do *corpus* de análise, não serão abordados no presente trabalho.

Os protestos ocorridos naquele país, entretanto, tiveram, entre as formas de organização, perfis públicos criados por organizadores dos movimentos de protesto que convocavam os cidadãos gregos a se mobilizarem em data e local agendados previamente em reuniões de livre participação. À medida que as mobilizações aconteciam, esses perfis atualizavam os cidadãos gregos sobre os impactos das manifestações assim como sobre novas mobilizações a seguir, conforme ilustra o texto 1.

⁴ Maiores informações acerca do período histórico mencionado podem ser acessadas por meio dos links:

<http://not1.xpg.uol.com.br/crise-na-grecia-2011-motivos-e-consequencias-protestos-populacao-grega/>

http://www.pucsp.br/ecopolitica/galeria/galeria_ed2.html

<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/protestos-e-greves-tomam-conta-de-portugal-espanha-italia-e-grecia/>

TEXTO 1

The image shows a screenshot of a Facebook event page. The browser address bar displays the URL: <https://www.facebook.com/events/206334352736094/>. The event title is 'ΑΓΑΝΑΚΤΙΣΜΕΝΟΙ ΣΤΟΝ ΛΕΥΚΟ ΠΥΡΓΟ'. The event is public and organized by 'Αγανακτισμένοι Λευκού Πύργου'. The dates are from May 29, 2011, to June 30, 2011, with a specific time slot of 18:00 to 06:00 on May 29. The location is 'Λευκός Πύργος - White Tower, Thessalonike, Greece'. The event has 37,000 invited people, 11,000 who may have attended, and 144,000 total invitees. The page includes a sidebar with navigation options like 'MEUS EVENTOS', 'ESTA SEMANA', and a main content area with event details in Greek.

Não obstante tais perfis visassem a reunir as opiniões daqueles que participavam das manifestações nas cidades gregas, essas páginas tinham por finalidade convidar mais membros para as manifestações conseguintes.

No perfil do *Facebook* acima, verificou-se a adesão virtual⁵ de 37 mil sujeitos convidados, mais a possível participação de outros onze mil, em um total de 144 mil sujeitos convidados para o evento através da página.

⁵Uma das características dos eventos cujos convites são publicados em perfis de redes sociais é a adesão dos membros convidados. Essa adesão, embora represente numericamente

Aqui vale notar um dos efeitos da *memória metálica* a que se refere Orlandi sobre o *efeito-leitor* (2010, p.10). Verificando-se o número de sujeitos convidados a participar de um *evento* organizado principalmente por meio de rede social, ou seja, em ambiente digital, a velocidade da informação e seu alcance, o que se percebe são números bastante expressivos sobre algo cuja materialidade, a princípio, remete a um domínio de memória que *precisa* ir muito além daquilo referido na página do perfil da rede social.

É necessário que os sujeitos convidados para o evento se inscrevam nas FDs que remetem aos mesmos domínios de memória a que pertencem os organizadores da página e que, a partir da presença do *já-dito* em relação às mobilizações sociais ocorridas naquele país, manifestem sua vontade de comparecer ou não ao evento em destaque.

A página do perfil na rede social, por si, informava o título do evento e a data em que ele ocorreria, além de apresentar uma síntese sobre o porquê de as passeatas ocorrerem. Todavia, para que o sujeito seja de fato mobilizado, é necessário um domínio de memória que extrapole o alcance da rede social propriamente dita. Por outro lado, este espaço – o da rede – permite que se mobilize uma grande quantidade de sujeitos em detrimento de uma construção rasa dos efeitos de sentido que podem ser apreendidos a partir das informações dispostas. É a quantidade e a velocidade operando em detrimento da profundidade.

As postagens dos perfis, além de hora e local dos eventos, apresentavam referências de links que remetiam a outras redes sociais e sítios virtuais da internet relacionados aos protestos, conforme observamos no Texto 2, cuja tradução encontra-se a seguir:

uma estimativa de sujeitos que porventura possam participar dos eventos *in loco*, não possui correspondência concreta com o real número de participantes quando o evento ocorre. A essa adesão aos perfis, trataremos aqui como *adesão virtual*.

TEXTO 2

Η συγκέντρωση πέτυχε. Δημιουργήθηκε όμως η ανάγκη για πιο ουσιαστική και αποτελεσματική επικοινωνία. Συνεχίζουμε...

Υπάρχουν ήδη κάποιες ομάδες, blog, twitter που προέκυψαν πριν και μετά τη συγκέντρωση. Δημιουργούνται και θα δημιουργηθούν κι άλλες. Η ελευθερία και η δυνατότητα που μας έδωσε το internet και τα εργαλεία του, ήταν καθοριστικά για τη διάδοση των ιδεών και των πληροφοριών. Όλες οι ομάδες-παρέες-πυρήνες συνεχίζουμε. Στο πνεύμα της ελεύθερης διάδοσης και της συνεργασίας.

Μια ομάδα των διαχειριστών της παρούσας σελίδας δημιούργησαν τα παρακάτω:

e-mail: aganaktistas@gmail.com

twitter site: <http://twitter.com/aganaktistas>

blog site: <http://aganaktistas.wordpress.com/>

facebook page: <http://www.facebook.com/pages/Αγανακτισμένοι-στον-Λευκό-Πύργο/157550037644524>

Άλλες ομάδες

http://www.facebook.com/home.php?sk=group_217741964921391&ref=ts

Όποιοι θέλουν να κοινοποιήσουν αντίστοιχα link παρακαλώ επικοινωνήστε μαζί μας, να τα αναρτήσουμε.

“Já existem alguns grupos, blogs e Twitter obtidos antes e depois da fusão que foram criados e serão criados outros. A liberdade e a oportunidade que nos deu a internet e as ferramentas foram decisivas para a divulgação de ideias e informações. Todos os grupos e grupos de núcleos continuem no espírito de livre divulgação e colaboração.

Um grupo de gestores desta página criou os seguintes:

e-mail: aganaktistas@gmail.com

local twitter: <http://twitter.com/aganaktistas>

blog: <http://aganaktistas.wordpress.com/>

Página no Facebook:

<http://www.facebook.com/pages/Αγανακτισμένοι-στον-Λευκό-Πύργο/157550037644524>

Outros grupos

http://www.facebook.com/home.php?sk=group_217741964921391&ref=ts

Quem quiser comunicar um link correspondente entre em contato conosco, podemos publicá-las.” (Tradução Livre)⁶

⁶ Tradução livre, feita a partir de software de tradução simultânea e adaptada quanto às normas gramaticais do português brasileiro. Durante o presente trabalho, poderão ocorrer outras traduções a partir de mesmo recurso que serão referenciadas apenas como *Tradução Livre*.

Podem-se observar através dos comentários postos no perfil da página organizadora dos protestos na Grécia, no *Facebook*, menções à internet e às redes sociais para que o movimento atingisse a magnitude pretendida.

Tais referências, conforme verificamos no decorrer deste trabalho, tornaram-se comuns nas redes sociais em que houve divulgação das mobilizações, perfazendo uma espécie de teia discursiva em que, redundantemente, fazem-se presentes referências de uma rede social em outras, que por sua vez, retomam as indicações de referência à primeira.

2.3 As manifestações na Turquia em 2013

Diferentemente dos protestos na Grécia, que se iniciaram devido a medidas de ajuste fiscal propostos pelo governo, a onda de protestos na Turquia, em junho de 2013, foi ocasionada pela repressão a um levante popular contra a demolição de um parque⁷ na área central de Istambul para a construção de um complexo comercial.

O uso desproporcional da força por parte da polícia turca na primeira manifestação gerou uma onda de indignação no país, que teve por consequência uma série de protestos que, mais tarde, constituíram uma nova identidade, dessa vez, contra o governo.

⁷ Maiores informações acerca do período histórico mencionado podem ser acessadas a partir dos links:

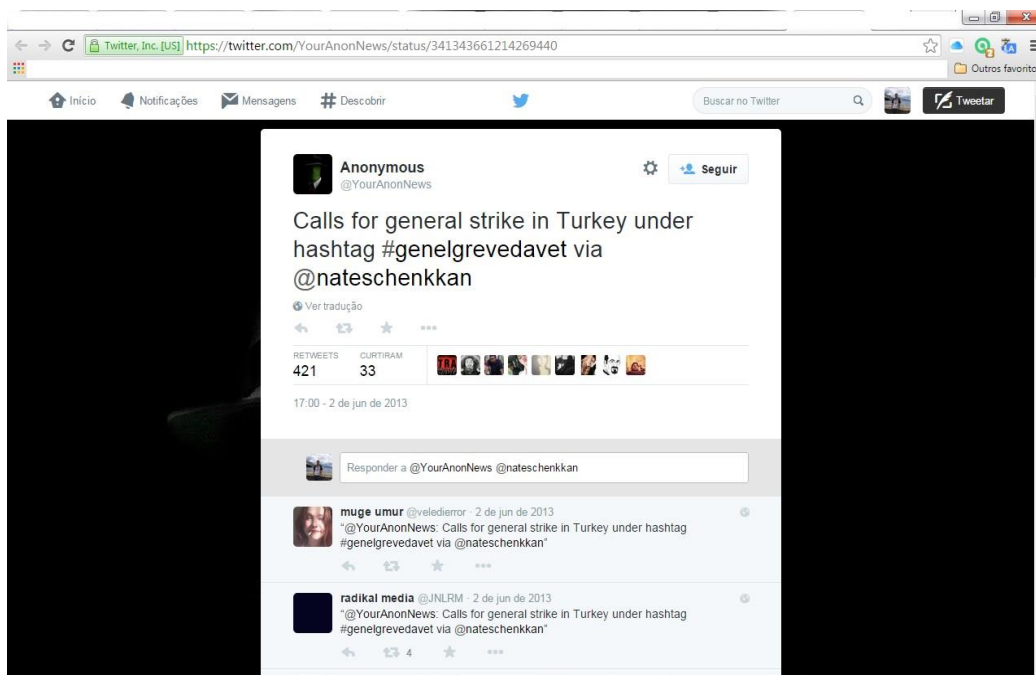
http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/06/130602_turquia_domingo_fn

<http://www.haaretz.com/news/middle-east/1.527261>

<http://subjektif.org/2013/06/gezi-parki-protestolari-zaman-cizelgesi-ve-sokagin-istekleri/>

Em consonância com as condições de produção dos protestos na Grécia, a onda de levantes na Turquia recebeu incentivo de divulgação através das redes sociais, conforme observamos no *Twitter*.

TEXTO 3



“Convocações para a greve geral na Turquia sob a *hashtag* #genelgrevedavet via @nateschenkkan” (Tradução Livre)

Novamente pode-se perceber a funcionalidade do alcance em detrimento da profundidade. A rede social *Twitter* é uma das maiores redes de *microblogging*⁸ conhecida e seu alcance numérico, embora careçamos de fonte comprobatória, é algo mundialmente conhecido. Os *tweets* (comentários do *Twitter*) podem ser *curtidos*, quando outro usuário sinaliza que gostou da postagem que leu, ou *retweetados* (neologismo brasileiro), ou seja, reencaminhados por quaisquer outros usuários, mantendo o texto original.

⁸ *Microblogging* é um fenômeno de postagens em formato de mini-blogs, em que o usuário, ao contrário de publicar textos grandes, com grande volume de informações, resume ao máximo suas postagens. No caso do *Twitter*, as postagens são resumidas a, no máximo, 140 caracteres.

No caso da postagem do Texto 3, até o momento da coleta das informações, haviam sido efetuados 421 reenvios da mensagem original, com 33 *curtidas*. Para efeitos de reforço quanto aos efeitos de sentido depreendidos a partir das publicações nas redes sociais, no fim de semana seguinte ao incidente ocorrido em Istambul, os comentários na rede social partidários às manifestações na Turquia atingiram os primeiros lugares nos *trending topics*⁹ daquele país e, na segunda-feira após os episódios, o número de postagens referentes aos protestos dos turcos chegou a terceiro na lista de *worldwide trends*¹⁰.

Paralelamente à convocação às manifestações ocorrida no *Twitter*, foram criados perfis públicos no *Facebook* sobre os incidentes iniciados em 2013, os quais acabaram por tornar-se uma linha do tempo de registro dos eventos ocorridos naquele país até o início de 2014, conforme ilustram as imagens 4 e 5.

⁹ *Trending topics* são uma lista em tempo real das frases mais comentadas no *Twitter*. Entram para a lista as frases iniciadas com o símbolo de jogo-da-velha (#). Apesar de os *trending topics* comporem uma lista global, é possível filtrar os assuntos mais comentados por países ou por cidades, por exemplo. Quando um assunto é um dos mais comentados em rede mundial, ele é relacionado na lista dos *worldwide trends*.

¹⁰ Fonte: <http://oglobo.globo.com/mundo/o-governo-turco-versus-twitter-8576388>, acessado em 17 de julho de 2015, às 15h58.

TEXTO 4

ihmisiä, jotka eivät osallistukseen tarvitse sitä kutsutekstia eli tietävät kontekstin muutenkin.

... Não consigo encontrá-lo mais no evento? saiskö com as especificações do lugar o mais rápido possível? e a foto com o + foto da capa. mäkin eu posso fornecer, sim. Então eu poderia convidar as pessoas que não for necessário a fim de participar no texto convite ou saber o contexto de qualquer maneira.

Traduzido por Bing

Curtir · Compartilhar

Visualizado por 55

Veera Kaleva Se eventti luodaan huomenna sosufoorumin alle, täällä on nyt se ryhmä, jossa dilataan kaikki hommat. Ioin sen siis vahingossa eventtinä aluksi.
4 de junho de 2013 às 15:42 · Curtir

Tina Heikkilä ok 😊
4 de junho de 2013 às 15:42 · Curtir

Veera Kaleva criou o grupo.
4 de junho de 2013

Curtir

Visualizado por 54

Ozlem Rimedzo e outras 62 pessoas estão neste grupo.
Ver todos os membros

Português (Brasil) · Privacidade · Termos · Cookies · Mais · Facebook © 2015

Bate-papo (Desativado)

TEXTO 5

Solidarity Demonstration To Turkey In Tampere · Membros · Fotos

Participe deste grupo para publicar e comentar. [+ Participar do grupo](#)

Atacan Ergin
12 de março de 2014

Tampere'de toplanıp tepkimizi koyalım, basına açıklamamızı vereelim diyoruz.

I think it is time to gather in Tampere and show our reaction to what has been going on in Turkey. I'm not good at organizing such meetings but I don't want to remain silent. Any ideas?

Ver tradução

SOBRE 63 membros
Grupo público

CRICIAR NOVOS GRUPOS
Os grupos tomam mais fácil compartilhar com amigos, familiares e companheiros de equipe.
[+ Criar grupo](#)

GRUPOS SUGERIDOS Ver tudo

FRENTE DE LUTA PELO TRANSPORTE PÚBLICO - CURITIBA
Guilherme Basso Dos Reis e Vitor Muller entraram.
[+ Participar](#)

VENDA, TROCA CURITIBA, OQUE TIVER PARADO VENDA OU TROCA
Victor Macioski entrou.
[+ Participar](#)

A Banda Mais Bonita da Cidade - F3-Clube Oficial
Mariana Assunção e outros

Bate-papo (Desativado)

2.4 As manifestações no Brasil em 2013

Ao se analisar as materialidades objetos do presente trabalho, faz-se importante observar os efeitos do *já-dito* em outros momentos e são (res)significados no corpus de análise. Esse efeito começa a ganhar sentido mais amplo quando recorremos às convocações para as manifestações das Jornadas de Junho de 2013, por meio do *Facebook* e do *Twitter*. Faz-se necessário também notar as coberturas jornalísticas das primeiras manifestações das Jornadas de Junho e que serviram de estopim, conforme já dissemos, para que o movimento ganhasse autonomia.

Dentre as diversas matérias veiculadas pela imprensa brasileira nas primeiras semanas do mês de junho de 2013, fosse através do meio televisivo, fosse através do jornalismo impresso ou em via digital, algumas materialidades funcionaram como desencadeadores de algumas “respostas” vistas mais tarde nas manifestações e que servem de embasamento para a presente pesquisa.

A primeira matéria que merece destaque é a coluna do jornalista Arnaldo Jabor, veiculada no *Jornal da Globo* de 12 de junho de 2013 e que traz em si um discurso cuja paráfrase será encontrada em boa parte dos cartazes das ondas de protestos a partir daquela data, sob a discursividade do enunciado ***não é por 20 centavos.***

Mas afinal, o que é que provoca um ódio tão violento contra a cidade? Só vimos isso quando a organização criminosa de São Paulo queimou dezenas de ônibus! Não pode ser por causa de 20 centavos! A grande maioria dos manifestantes são filhos de classe média, isso é visível! Ali não havia pobres que precisassem daqueles vinténs, não...

Os mais pobres ali eram os policiais apedrejados, ameaçados com coquetéis *Molotov*, que ganham muito mal! No fundo, tudo é uma imensa ignorância política. É burrice misturada a um rancor sem rumo.

Há talvez a influência da luta na Turquia, justa e importante, contra o islamismo fanático. Mas aqui, se vingam de quê? Justamente a causa deve ser a ausência de causas... Isso. Ninguém sabe mais por que lutar... Em um país paralisado por uma disputa eleitoral para daqui a um ano e meio. O governo diz que tá tudo bem apesar dos graves perigos no horizonte, como inflação, fuga de capitais, juros e dólar em alta.

Por que não lutam contra o Projeto de Emenda Constitucional 37, a PEC 37, por exemplo, que será votada no dia 26 no Congresso para impedir o Ministério Público de investigar? Talvez eles nem saibam o que que é a PEC 37, a lei da impunidade eterna.

Esses caras vivem no passado de uma ilusão. Eles são a caricatura violenta da caricatura de um socialismo dos anos 50 que a velha esquerda ainda defende aqui. Realmente, esses revoltosos de classe média não valem nem 20 centavos.¹¹

O discurso de Arnaldo Jabor reflete a fala irônica de quem se insere na posição-sujeito de um cronista já consagrado, em uma emissora de televisão brasileira de renome, que tem sua origem a partir de um jornal (*O Globo*) com conturbado relacionamento com movimentos de orientação política mais à esquerda e se inscreve em uma formação discursiva da mídia mais conservadora.

O posicionamento do jornal *O Globo* ante a influência de políticas de causa popular remonta ao período que antecede o Golpe de Estado ocorrido no Brasil em 1964.

No dia seguinte ao Golpe, 02 de abril, o jornal trouxe o seguinte editorial:

Como dizíamos, no editorial de anteontem, a legalidade não poderia ser a garantia da subversão, a escora dos agitadores, o anteparo da desordem. Em nome da legalidade, não seria legítimo

¹¹(disponível em <http://globo.tv.globo.com/rede-globo/jornal-da-globo/v/arnaldo-jabor-fala-sobre-onda-de-protestos-contr-aumento-nas-tarifas-de-onibus/2631566/>, acessado em 28/10/2013, a 0h26).Transcrição nossa.

admitir o assassinio das instituições, como se vinha fazendo, diante da Nação horrorizada. Agora, o Congresso dará o remédio constitucional à situação existente, para que o País continue sua marcha em direção a seu grande destino, sem que os direitos individuais sejam afetados, sem que as liberdades públicas desapareçam, sem que o poder do Estado volte a ser usado em favor da desordem, da indisciplina e de tudo aquilo que nos estava a levar à anarquia e ao comunismo (*In: SILVA, 2015. p. 133*).

Silva (2015, p. 38), transcreve o título da manchete de capa do jornal em 05 de abril de 1964: *A Revolução democrática antecedeu em um mês a revolução comunista*.

A *Revolução* a que se refere o jornal, com a letra R grafada em maiúsculo, diz respeito ao *golpe militar* que retirou da Presidência da República o então presidente, João Goulart. O grafismo representado pela diferenciação entre as palavras *Revolução* (democrática) e *revolução* (comunista) evidencia uma clara distinção, por parte do jornal, em *agigantar* o feito dos militares em relação àquilo que se supunha ser o *caos comunista* a ser implantado por Goulart em seu governo de linha claramente social, conforme demonstrado pelo próprio então Presidente no comício proferido na *Central do Brasil*, em 13 de março daquele ano.

Vinte anos mais tarde, em outubro de 1984, o mesmo jornal, ao fazer um *balanço* de 20 anos de regime militar no que Silva (2015, p. 40) chama de *juízo da revolução*, publicou a seguinte nota, assinada pelo dono das *Organizações Globo*, o jornalista Roberto Marinho: *Participamos da Revolução de 1964 identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada* (*In: Silva, 2015. p. 40*).

A fala de Jabor, no *Jornal da Globo*, retoma eventos de certa forma simbólicos para a cidade de São Paulo, como o da ação desencadeada em 2006 pelo Primeiro Comando da Capital – PCC (organização criminosa com

centro nervoso naquela cidade) que queimou, em uma noite, mais de sessenta ônibus¹², como elemento comparativo à ação protagonizada pelos manifestantes do Movimento Passe Livre na Avenida Paulista em 11 de junho de 2013.

A ironia referida, aliás, traz à tona uma tática de espelhamento do cenário político brasileiro à época, contrapondo-o com a possível “ignorância política” das massas envolvidas nos protestos contra o aumento da tarifa do transporte público na capital paulista. A busca desse espelhamento, dessa (re)leitura dos fatos ocorridos em São Paulo, contrastando-os com os eventos na Turquia, onde a luta seria *justa e importante*, circula, enquanto discursividade, ainda, uma possível *ausência de causas* como sendo a principal causa dos manifestantes brasileiros.

Por fim, Jabor apresenta a análise de que os manifestantes do protesto ocorrido na véspera da exibição de sua coluna no *Jornal da Globo* podem ser a *caricatura violenta da caricatura de um socialismo dos anos 50* o que, a princípio, parece se referir à ascensão do movimento socialista em diversos países do mundo, simultânea ao início da Guerra Fria e que tem a fundação da República Popular da China (1949) e a Revolução Cubana, ocorrida dez anos mais tarde, como referenciais históricos mais fortes para o período e que ressoa o discurso midiático anticomunista propagado no Brasil nos eventos que antecederam o Golpe de 1964 e o período de ditadura militar no país.

Em uma paráfrase ao discurso de Arnaldo Jabor, a *Folha de S. Paulo*, veiculou, na mesma data, notícia referente às manifestações que ocuparam a Avenida Paulista, em São Paulo, que evoca os mesmos domínios de memória que relacionam as ações dos manifestantes ao vandalismo comentado pelo jornalista da *Rede Globo de Televisão*.

¹² (Informações sobre o evento disponíveis em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u121517.shtml>, acessado em 02/06/2015, às 22h57.)

Na página de capa, a foto panorâmica de um grupo de manifestantes protegido por barricadas e em meio a objetos em chamas contrasta com o título: *Contra tarifa, manifestantes vandalizam centro e Paulista*. O subtítulo da reportagem, por sua vez, apresenta: *No 3º e mais violento protesto, ativistas enfrentam PM e atacam ônibus e estações do metrô; 20 são detidos*.

Mais abaixo, na mesma página, há outras duas imagens contrastantes: a primeira, mostra policiais atirando o que se supõe ser bombas de efeito moral e, a segunda, mostra manifestantes depredando um ônibus. Abaixo das imagens, lê-se *Policiais atiram contra manifestantes, que incendiaram ônibus no centro de São Paulo*.

Em relação de paráfrase ao discurso de Arnaldo Jabor, que afirmara em sua coluna que [...] *os mais pobres ali eram os policiais apedrejados, ameaçados com coquetéis Molotov, que ganham muito mal[...]* a primeira página da *Folha de S. Paulo* em questão traz, como subtítulo da matéria de capa, um depoimento cujo título é *Sangrando, PM aponta sua arma, mas não dispara*. Por fim, em outro trecho da mesma página, uma citação em negrito, com os dizeres *‘Não temos controle, virou revolta’, diz organizadora do ato*, dá o toque final à tônica do discurso veiculado pelo jornal.

O que se percebe ao comparar o dito tanto na análise de Arnaldo Jabor quanto da página de capa da *Folha de S. Paulo* é que o mesmo evento, sob a ótica da mídia, fora causado por *vândalos*, por pessoas cujo intento é o de quebrar tudo, o de destruir.

Em contrapartida, no espaço destinado àquilo que se poderia chamar de *contraditório*, ou seja, à voz dos *vândalos*, foi dado destaque à fuga de controle, por parte dos organizadores do protesto, das reações dos manifestantes.

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921 folha.com.br
 *** UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
 DIRETOR DE REDAÇÃO: GUSTAVO FERIAS FILHO ANO 92 • QUARTA-FEIRA, 12 DE JUNHO DE 2013 • Nº 30.751
 EDIÇÃO SP/DF • CONCLUÍDA À 01h36 • R\$ 3,00



Militantes interditam a avenida Paulista em manifestação contra o aumento das tarifas do transporte em São Paulo; foi o terceiro confronto com a polícia em menos de uma semana

EUA e Japão fazem Bolsa de SP cair ao menor nível desde 2011

Dúvidas sobre medidas de estímulo nos EUA e no Japão derrubaram Bolsa do mundo ontem. No Brasil, o Ibovespa caiu 3%, ao menor nível desde agosto de 2011. O índice Dow Jones teve queda de 0,8%. O Banco Central voltou a intervir duas vezes no mercado, e o dólar fechou com desvalorização de 0,2%. **Mercado B1**

Ministro Mantega (Fotografia) promete separar gestão para cumprir regras de 2,2% do PIB entre 2014 e 2015

Gurgel dispensa subprocuradora por 'falta de sintonia'

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, afastou a subprocuradora Deborah Duprat. Ela divergiu do superior no julgamento do projeto que tribua a criação de partidos. Gurgel disse que a sintonia entre eles era "insuficiente". **Poder A5**

Polícia da Turquia reprime ativistas em praça de Istambul

A polícia da Turquia usou bombas de gás lacrimogêneo e jatos de água para expulsar manifestantes da praça Taksim, em Istambul. Horas mais tarde, milhares de militantes voltaram a se reunir no local, e houve novo confronto. **Mundo A10**

AI WEIBEI
 Ao monitorar os cidadãos, governo americano age como a China

Jacob Gorerder, historiador marxista, morre em SP aos 90 anos

Contra tarifa, manifestantes vandalizam centro e Paulista

No 3º e mais violento protesto, ativistas enfrentam PM e atacam ônibus e estações de metrô; 20 são detidos



Policiais atiram contra manifestantes, que incendiaram ônibus no centro de São Paulo

No mais violento protesto contra o aumento da tarifa do transporte público, manifestantes voltaram a entrar em conflito com a polícia na região central de São Paulo. Como saldo, 20 pessoas foram detidas. Um ônibus foi parcialmente queimado, e outros, apedrejados. Estações de metrô foram depedadas, muros, pichados, e vitrines, quebradas. Lojas e bancos fecharam as portas. Foi o terceiro ato em menos de uma semana — os ativistas são contra a alta da passagem, de R\$ 3 a R\$ 3,20. Segundo a PM, mais de 5.000 pessoas foram ao protesto. A Prefeitura fala em 2.500.

Segundo a polícia, os militantes lançaram pedras, panes e coquetéis molotov contra a PM, que atirou balas de boraça, bombas de efeito moral e gás pimenta. A manifestação ocorreu sem a presença na cidade do prefeito Haddad (PT) e do governador Akikim (PSDB), que estão em Paris. O Movimento Passe Livre promete um novo protesto amanhã. Ontem, policiais civis e servidores da saúde protestaram contra o governo Akikim, e reintegração de posse na zona sul também terminou em confronto. **Cartilão C1**

Repórter da Folha é detido pela Polícia Militar durante protesto. **C5**

DEPOIMENTO
 Sangrando, PM aponta sua arma, mas não dispara

Um policial e um manifestante caíram no chão atirados. Cerca de dez pessoas começaram a agredir o PM com pedras, socos e chutes. Mesmo atingido, ele se levantou. De pé, sangrando, o policial apontou a arma para o grupo. Não disparou. **Cartilão C4**

'Não temos controle; virou revolta', diz organizadora do ato

"Não temos controle. A manifestação se transformou numa revolta popular", disse Nina Cappello, 23, estudante de direito e uma das organizadoras do Movimento Passe Livre. Cappello culpou a "repressão violenta da polícia" pelo resultado. Segundo ela, a manifestação estava pacífica até que houve grande repressão no centro. **Cartilão C5**

COMIDA
 Chefs organizam painel contra arrastões em restaurantes

ALEXANDRA FORBES
 Violência fere a imagem de SP como meca gourmet

365
 Beiruti - Brasil segue 1958

FOLHA NA COPA
 Estrela série Os Caras das Copas, com personagens dos Mundiais

Parte do teto de Congonhas cai e atinge passageira

EDITORIAIS
 Opinião A2
 Léia "Gradual e inseguro", sobre desempenho do governo na gestão da economia, e "Melhoras marginais", acerca de falhas exclusivas de ônibus.

210.106 exemplares impressos e digitais

RODÍZIO
 Não deve circular com placas-rua fixas

ATMOSFERA
 Cheia a tampa do capital paulista

Um bloco de gesso se desprendeu do teto do aeroporto de Congonhas e atingiu uma passageira. O acidente ocorreu perto do saguão central. Após ser atendida num hospital, a vítima foi liberada para embarcar. O buraco no teto já foi fechado. A Infraero informou que irá analisar as causas da queda do gesso.

A manchete da *Folha*, ao invés de veicular um discurso de o que poderia ser a representação das reivindicações dos protestantes, optou por explicitar um depoimento de uma *liderança* do movimento popular cujo discurso externava palavras vinculadas aos domínios de memória que remetem ao papel exercido pelo Estado em relação ao indivíduo: *Não temos controle, virou revolta*.

Sobre a atribuição da voz presente no subtítulo da matéria em questão, Dresch (2007, p. 132) afirma que:

Ao colocar na cena, além da sua voz, as vozes do amigo [...] o sujeito propõe o seu discurso como literal, suspendendo suas marcas de subjetividade para delegar a voz àqueles que participaram do fato que ensejou sua acusação e arvorar para si a imparcialidade do relato; trata-se de um efeito importante para dar credibilidade à sua versão (Dresch 2007, p. 132).

Dessa forma, o jornal, ao reportar o acontecimento a partir da voz de um sujeito *organizador* dos protestos, exime de si a responsabilidade integral pela veracidade dos fatos transmitidos, diluindo-a na fala corroborativa do sujeito organizador do protesto e dando credibilidade à sua versão dos acontecimentos.

Todavia, os domínios de memória a que remetem à noção de *controle* explicitada pela manchete remetem ao passado recente da história do Brasil, em que a noção de *controle* era a de *não perturbação da ordem pública*. A história do jogo de forças pela restauração da democracia e de o que a sociedade entendeu durante mais de duas décadas como definição de *ordem*, faz-se presente nos argumentos da manifestante entrevistada e denota, ao invés de um contra-discurso àquilo que o jornal veiculava, uma afirmação de que as ações dos manifestantes haviam *fugido ao controle* e que isso justificaria um provável uso dos aparelhos repressores do Estado: *virou revolta*.

O próprio conceito de *revolta* remete aos domínios de memória que trazem consigo o abuso do Estado em se manter *a ordem*. Os *revoltosos* eram

pessoas cuja índole poderia ser questionada, cujo discurso perdia validade. Para conter-se a *revolta*, era necessário que se retomasse o *controle*.

A ausência, por parte da veiculação da mídia, do direito ao *contraditório*, de que se expressasse uma possível *outra versão* dos discursos produzidos tanto no *Jornal da Globo* quanto da *Folha de S. Paulo* faz emergir o discurso de ordem a partir do qual as análises da presente dissertação são feitas: **Não é por 20 centavos.**

Essa negação leva a um resgate do pré-construído a partir do discurso midiático de até então. Os protestos, *além* da reivindicação pela gratuidade do transporte, ou pelo menos pela redução do preço da tarifa, traziam consigo uma série de eventos históricos de opressão contra as camadas populares que adjazem à história política recente do Brasil. Esses eventos históricos faziam-se entender através do advérbio de negação (não), explícito na frase do discurso de reivindicação, e que abria a porta para a voz do *não-dito*, de toda a dimensão dos pré-construídos de omissão em relação às causas populares, do descaso em relação à corrupção, da falência dos sistemas públicos e de diversas outras coisas. O *não* da reivindicação dos protestantes era, portanto, um indicativo de que esse discurso pressupunha a intenção de mudança por parte da sociedade, conforme veremos no capítulo destinado às análises das materialidades.

Como resultado do que se pode chamar de “primeira onda de protestos”, as prefeituras das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro resolveram, em 20 de junho daquele ano, reduzir as tarifas do transporte público, conforme ilustra a capa do jornal *Folha de S. Paulo* a seguir.

Nessa capa, o contraste discursivo pode ser percebido por alguns indicadores que, aparentemente, dias antes, antagonizavam com a visão de uma reivindicação considerada *justa* pelos movimentos sociais de base e que reduziu o protesto da Avenida Paulista em ato de vandalismo.

Pode-se observar, como destaque, uma foto panorâmica de um grupo de manifestantes, alguns empunhando cartazes com dizeres de ordem, a

legenda: *À noite, cerca de 500 manifestantes, segundo estimativa da Polícia Militar, ocupam a av. Paulista em ato pacífico para comemorar a revogação do aumento do valor das passagens.*

O título da reportagem de capa da *Folha*: *Protestos de rua derrubam tarifas* e os subtítulos: ***Após 13 dias, manifestações forçam governos de SP e Rio a cancelar o reajuste dos transportes, e Alckmin (PSDB), HADDAD (PT) e PAES (PMDB) afirmam que redução comprometerá investimentos*** compõem os textos centrais da página.

Os indicadores de antagonismo antes referidos podem ser encontrados nas palavras *manifestante* e *ato pacífico*, na legenda da foto do título, como também no substantivo *manifestações* e na forma verbal *forçam* no subtítulo da reportagem. Verbo este, aliás, que justifica o antagonismo ainda presente nos discursos das marchas populares e nos do Estado ou da mídia, que justifica, em sua matéria de capa, que as tarifas foram *forçadas* a baixar.

A posição-sujeito da voz do jornal, filiada aos domínios da FD de uma mídia mais conservadora justifica, pois, esse antagonismo à reivindicação dos movimentos populares e transparece nos indicadores do segundo subtítulo da matéria, com a *afirmação* do no discurso do então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, do prefeito de São Paulo, Fernando Haddad e do prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, de que *a redução **comprometerá investimentos***. Por fim, a justificativa se faz presente nos subtítulos laterais, que destacam o fato de um estudante ter atacado a prefeitura, citando-o nominalmente, e de o movimento organizador das manifestações agora pleitear algo para além do que havia sido noticiado pela mídia como prerrogativa original, ou seja, pleitear a gratuidade no transporte ao invés da simples redução na tarifa.

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1923 folha.com.br
 ANO 93 • QUINTA-FEIRA, 20 DE JUNHO DE 2013 • Nº 30.759 EDIÇÃO SP/DF • CONCLUÍDA ÀS 01H22 • R\$ 3,00



À noite, cerca de 500 manifestantes, segundo estimativa da Polícia Militar, ocupam a av. Paulista em ato pacífico para comemorar a revogação do aumento do valor das passagens

PROTESTOS DE RUA DERRUBAM TARIFAS

★ APÓS 13 DIAS, MANIFESTAÇÕES FORÇAM GOVERNOS DE SP E RIO A CANCELAR O REAJUSTE DOS TRANSPORTES
 ★ ALCKMIN (PSDB), HADDAD (PT) E PAES (PMDB) AFIRMAM QUE REDUÇÃO COMPROMETERÁ INVESTIMENTOS

GUSTAVO PATU
 'Populismo' tarifário se perpetua e cria demandas sociais
Cartilão CA

ELIANE CANTANHÊDE
 PT, PSDB e PMDB perdem 1ª batalha, mas guerra continua
Opinião A2

ROGÉRIO GENTILE
 Com recuo, risco é ato de vandalismo virar método de negociação
Opinião A2

mercado aberto
 Para ministro barco, atos trarão prejuízo econômico ao Brasil

folha na copa
 Neymar brilha, e seleção vence México por 2 a 0 em Fortaleza

EDITORIAIS *Opinião A2*
 Leia "Vitória das ruas", sobre redução das tarifas de transportes públicos, e "Projeto incurável", acerca de proposta que legaliza a chamada "cura gay".



► FIM DE JOGO Público que assistia a Brasil x México em telão no vale do Anhangabaú via o governador Alckmin e o prefeito Haddad durante anúncio da redução do preço das tarifas

Após 13 dias de protestos em que centenas de milhares de pessoas foram às ruas, os governantes de São Paulo e Rio de Janeiro recuaram e cancelaram o aumento das tarifas dos transportes. Pressionados pelos atos — pacíficos em sua maioria, mas com episódios de violência de manifestantes e policiais —, o governador Geraldo Alckmin (PSDB-SP) e os prefeitos Fernando Haddad (PT-SP) e Eduardo Paes (PMDB-RJ) disseram que a medida forçará cortes de investimentos públicos.

Em São Paulo, o valor da passagem de ônibus, metrô e trem cairá de R\$ 3,20 para R\$ 3 a partir de segunda. A medida foi celebrada na av. Paulista. No Rio, o ônibus irá de R\$ 2,95 para R\$ 2,75 — o governo Sérgio Cabral (PMDB) também cortou tarifas de metrô, trem e barca.

Antes dos anúncios, manifestantes protestaram em Fortaleza, no Castêlho, onde a seleção jogou. Houve confronto com a polícia, e 18 pessoas ficaram feridas. Em São Paulo, atos bloquearam cinco rotatórias ao longo do dia. No Rio, protesto fechou a ponte Rio-Niterói. Há manifestações previstas para hoje em 90 cidades — em São Paulo, começará às 17h na av. Paulista. *Cartilão*

Pierre, 20, aluno de arquitetura, atacou prefeitura

Movimento Passe Livre agora quer transporte gratuito

Pierre de Oliveira, 20, um dos incitadores do ataque à prefeitura, se entregou à polícia. Aluno de arquitetura da FBRJ e adepto do jiu-jitsu, ele se desculpa. "Quem nunca errou que atire a primeira pedra." *Cartilão C12*

O Movimento Passe Livre, que liderou as manifestações, agora lutará pela tarifa zero e por passagens como "as reformas agrária e urbana e contra o latifúndio urbano", disse Mayara Vivian, integrante do grupo. *Cartilão C5*

121.227 exemplares impressos e digitais

RODÍZIO *Cartilão C14*
 Não devem circular carros com placação final 034 **7 de 8**

ATMOSFERA *Cartilão C14*
 Cheira e fuma no capital paulista **Mínimo 13°C. Máximo 20°C**

ELANTRA 2.0
Flex 2.0 *Consumo urbano 10,5 km/l*

Respeite os limites de velocidade. VER NA PÁGINA 5.

HYUNDAI *THE WORLD. NEW POSSIBILITIES.*

Compondo o *layout*, logo abaixo, há outra foto em que se observa, diante de um grupo de pessoas que parecem gritar, com punhos levantados, um telão em que se vê a imagem do então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin e do então prefeito da capital paulista, Fernando Haddad, com a legenda: *FIM DE JOGO – Público que assistia a Brasil x México em telão no Vale do Anhangabaú via o governador Alckmin e o prefeito Haddad durante anúncio da redução do preço das tarifas.*

A polissemia da palavra *jogo*, no subtítulo em questão, faz ressoar um discurso consoante ao das reivindicações populares, em uma aparente tentativa de aproximação do jornal com a simpatia dos movimentos protestantes. Ao sinalizar o *fim de jogo*, o jornal evoca a simbologia que acarreta o final de uma partida em que se está perdendo. Não resta outra opção, portanto, que aceitar a derrota. O trocadilho se faz presente em uma afirmação de que os representantes do Estado foram vaiados enquanto apareciam no telão que transmitia uma partida de futebol entre Brasil e México. A analogia com a partida de futebol é inevitável e, assim, a indicação de que o *jogo* dos representantes do Estado terminara e de que eles deveriam aceitar a derrota é visível.

Finalizando o destaque da página de capa, no corpo do texto da matéria, os subtítulos: *Pierre, 20, aluno de arquitetura, atacou prefeitura e Movimento Passe Livre agora quer transporte gratuito.*

Faz-se interessante notar, neste ponto, a utilização do nome próprio do estudante que atacou a prefeitura de São Paulo, ato cujas imagens circularam o país tanto ao vivo quanto em inúmeros reprises durante aquela semana.

A designação do indivíduo por seu nome próprio geralmente é algo que passa despercebido na mídia quando se trata de indivíduos envolvidos em atos criminosos. Geralmente, são atribuídos a esses indivíduos adjetivos que os *categorizam* em um grupo que se quer determinar ou, em outras palavras, destacar em um determinado contexto: *Realmente, esses **revoltosos** de classe média não valem nem 20 centavos* (P. 43, transcrição da coluna de Arnaldo Jabor).

No exemplo acima, o adjetivo *revoltoso*, em sua forma substantivada, delimita o significado que Arnaldo Jabor quer atribuir àqueles que reivindicavam por seus direitos nas manifestações. O *ato de revolta*, no discurso, subtrai a ideia de movimento democrático e denota tão somente a atitude *raivosa* perante o *status quo*. Sobre isso, afirma Dresch:

Na Linguística diz-se que as classes de palavras podem ser definidas por critérios sintáticos, morfológicos e semânticos (ver, por exemplo, Macambira (1999) e Perini (1999)). Perini (1999, 2001), por exemplo, aponta para o fato de a distinção entre adjetivo e substantivo ser pouco clara, deixando mesmo margem para dúvidas sobre a existência dessas duas classes [...]. Contudo, interessa-nos aqui, mais do que a definição por critérios formais, o funcionamento do adjetivo, ou seja, vamos estender o conceito de adjetivo à compreensão de um processo que eleva o adjetivo ao *status* de categoria discursiva de determinação. As designações, consoante com o que vínhamos dizendo, cumprem o papel de grande adjetivador no discurso (DRESCH, 2007. P. 54-55).

O uso do adjetivo *revoltosos* por Arnaldo Jabor contribui, portanto, para a *determinação* do significado daqueles que compareceram às ruas nas manifestações que foram destaque em sua coluna.

Entretanto, no subtítulo *Pierre, 20, aluno de arquitetura, atacou prefeitura*, não existe a determinação do sujeito protestante através de um adjetivo (ou de uma forma adjetivada). Há, sim, a presença de um substantivo próprio, do designador do indivíduo específico, Pierre.

Neste subtítulo, os domínios de memória evocados pelo nome próprio do estudante, seguido da forma verbal *atacou*, remetem à determinação feita pelas adjetivações *anteriores* ao ato praticado por *Pierre*, atos estes que foram praticados não por manifestantes, mas por *revoltosos* (no discurso de A. Jabor) e por *vândalos* (no discurso da *Folha: vandalizam*).

A identificação genérica dos manifestantes como *revoltosos* ou como *vândalos*, a partir da veiculação desses determinantes pelas mídias, torna-se

parte indissociável do pré-construído que, ao ser retomado nos discursos desta mesma mídia, no caso o jornal *Folha de S. Paulo*, remetem a um indivíduo específico, desta vez chamado por seu nome próprio, e não pela designação *genérica* que se atribuíam aos manifestantes dias antes. Sobre isso, continua Dresch:

São bastante comuns designações compostas de uma forma genérica seguida de um nome próprio. Interessante também é a posição que a designação ocupa nesses discursos quanto os autores dos delitos são identificados pelo nome próprio. Geralmente, ocorre primeiro a forma designativa genérica e depois o nome, de forma que a designação primeira funciona determinando o nome próprio (Idem, p. 55).

Dresch afirma que a determinação do nome próprio, que tem a função de identificar um indivíduo diante dos demais, parece *perder importância diante de outra forma designativa* (idem, p.56). No discurso (no caso, Dresch trabalha com o discurso jurídico-penal), o nome próprio acaba ofuscado por outra forma de designação de caráter negativo, este que se concentra no outro elemento (genérico), e não no nome próprio. A designação pelo nome próprio, por sua vez, no discurso, advém da expectativa que circula em relação ao ato praticado pelo indivíduo, principalmente em crimes hediondos ou em ações de grande comoção popular. Neste caso, afirma a autora, *o nome próprio faz a diferença. Do contrário, passa despercebido e não reúne a força necessária para tirar o sujeito da vala comum* (p. 57).

Percebe-se, portanto, que o pré-construído que remete à memória das manifestações possui, por si só, um caráter que já determina o indivíduo, que o *toma como sujeito* (Guimarães, 2002, p. 36 *apud* Dresch, 2007, p. 56) e que, uma vez este sujeito designado por seu nome próprio, trará nessa evocação os efeitos de sentido pressupostos pelo termo usado anteriormente (*vândalo*), agora não mais em seu sentido genérico.

O evento em destaque na *Folha de S. Paulo*, da redução *forçada* das tarifas, entretanto, não foi suficiente para que a onda de protestos fosse

interrompida. O que se verificou, ao contrário, foi a intensificação dos protestos pelo país, em número tanto de manifestantes quanto de cidades envolvidas.

A pauta de reivindicações tornou-se mais ampla, descentralizando a questão dos reajustes no transporte público e tornando-se uma espécie de tentativa de moralização da política nacional, com a adesão mais efetiva de grupos e organizações atuando nas redes sociais, a exemplo do que foi apontado em relação às manifestações ocorridas na Grécia e na Turquia.

A seguir, apresentamos imagens que remontam à mesma data – 21 de junho de 2013 - de dois movimentos distintos que atuaram na divulgação e na manutenção dos protestos daquele ano e que ajudam a compor o cenário de significação do já-dito e o papel da memória, do interdiscurso, como imprescindíveis para a construção do sentido e da (res)significação dos discursos presentes nas manifestações nas muitas cidades do país.

A saber, **o texto 8** trata de uma pesquisa feita no perfil do Facebook do movimento *Anonymous Brasil*, membro do movimento internacional *Anonymous*, autodesignado apartidário e que alega não reivindicar para si qualquer orientação política ou ideológica. Em seu sítio de internet encontramos a seguinte definição:

“Nós somos uma ideia. Uma ideia que não pode ser contida, perseguida nem aprisionada.

Somos uma ideia que surgiu em 2004 e sempre seguiu uma linguagem de memética e muitas sátiras. Hoje, Anonymous é uma ideia de mudança, um desejo de renovação. Somos uma ideia de um mundo onde a corrupção não exista, onde a liberdade de expressão não seja apenas uma promessa, e onde as pessoas não tenham que morrer lutando por seus direitos. Não somos um grupo. Somos uma ideia de revolução. Acreditamos que cada geração encontra sua forma de lutar contra as injustiças que encontra. Temos em mãos pela primeira vez o poder de produzir, distribuir e trocar informações. Uma oportunidade nunca vista antes na história para colaboração e construção de um mundo onde a esperança, a dignidade e a justiça sejam princípios a serem respeitados.

Nós não somos uma organização e não temos líderes. Oficialmente nós não existimos e não queremos existir oficialmente. Nós não seguimos partidos políticos, orientações religiosas, interesses econômicos e nem ideologias de quaisquer espécies. Mais uma vez: Anonymous não tem líderes. Se alguém lhe disser que representa ou lidera Anonymous, este alguém não conhece a ideia Anonymous, porque nós não podemos ser representados ou liderados, porque isto é o que somos: uma ideia”.¹³

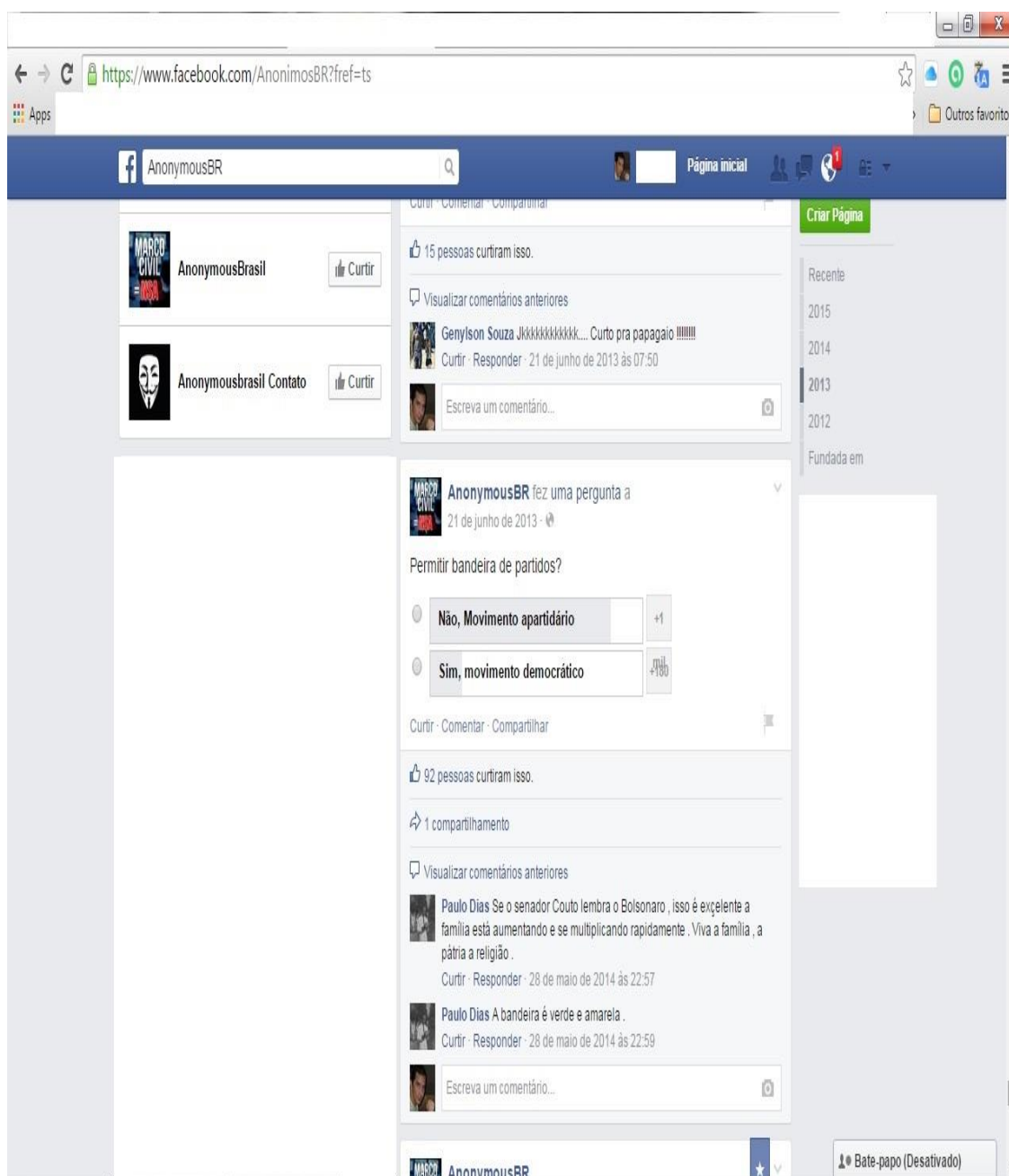
A própria definição de *ideia* e não de movimento político ou mesmo de ausência de orientação ideológica constitui por si só subsídio pertinente para uma análise mais aprofundada e que traz em si traços de *ressonância* de outros discursos¹⁴.

Pêcheux (2010, p. 162-163), ao trabalhar a *interpelação do sujeito* como sujeito ideológico, afirma que o sujeito é conduzido, sem se dar conta, pensando expressar sua livre vontade e ocupando seu lugar na luta de classes. Muito embora não se posicione abertamente ideologicamente A ou de B, o sujeito, ao produzir o discurso, o faz de uma posição inserida em uma FD que, por sua vez, é comportada em uma formação ideológica. Dessa forma, por mais que o referido grupo se apresente como uma *ideia*, a filiação dos sujeitos desse grupo a uma determinada formação discursiva se dá, conforme Pêcheux, *a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico*.

¹³(Disponível em <http://www.anonymousbrasil.com/sobre-anonymous/>, acessado em 24/03/2015, às 16h12)

¹⁴ Aos discursos utópicos do movimento *hippie* e do slogan *Faça amor, não faça guerra* (*Make love, not war*), ou mesmo da música *Imagine*, de John Lennon (1971), que se fez presente a partir de meados da década de 60 do século XX, ambos remetendo a um mundo *perfeito*.

TEXTO 8



A *ideia* representada pelo grupo *Anonymous*, a princípio, tenta não se identificar com qualquer papel direto na luta de classes. Ao contrário, coloca-se como uma utopia. Entretanto, esse *não-posicionamento* cai por contradição nos próprios argumentos por eles utilizados para *fugir do campo das ideologias*: *Somos uma ideia de revolução*. A ideia de revolução, na Luta de Classes, claramente se encaixa na posição do proletariado diante do Estado opressor. Além disso, o discurso ideologicamente marcado se torna indissociável dos

conceitos apresentados mais adiante na definição do grupo: *Nós não somos uma organização e não temos líderes. Oficialmente nós não existimos [...] não seguimos partidos políticos, orientações religiosas, interesses econômicos e nem ideologias de quaisquer espécies.*

Ao não se definir como um grupo, mas reunindo suas convicções políticas em um organismo que por si só já representa um angariado de simpatizantes da mesma *causa* política, o grupo insere-se em uma formação discursiva de um organismo de representação das causas populares, composto por aqueles que se incomodam com a posição do Estado em relação ao proletariado. Esse vínculo, por sua vez, estende-se pautado em mais equívocos, como o de *não existir* ou o de *não possuir líderes*.

No campo das ideias, uma vez uma ideia existe, ela é materializada *por meio* do sujeito, por meio de seu *assujeitamento*. É pelo assujeitamento que o indivíduo é interpelado em sujeito, que suas ideias passam a fazer parte de uma esfera em que outras ideias afins compreenderão um determinado bloco ou, em termos da Análise de Discurso, serão filiadas a uma determinada formação discursiva. Esta, por sua vez, não é desvinculada, no campo das ideias, de quaisquer outras ideias que as perpassem. Ela é *comportada necessariamente* (Pêcheux, 2010, p. 164) por formações ideológicas espelhadas no que a prática mostra por meio das formações discursivas em que tais sujeitos se inserem.

O que se nota é que o discurso dos *Anonymous* pertence tanto a uma determinada formação discursiva que se insere na Luta de Classes como projeta o discurso da formação ideológica na qual essa FD está comportada. Não há, portanto, um isolamento, em prol de uma utopia, como propõe o grupo¹⁵.

¹⁵Embora consideremos que o estudo das posições-sujeito, das formações discursivas em que estes se inserem e da filiação ideológica dos membros do grupo *Anonymous* por si só já proporcione uma vasta pesquisa, esta dissertação opta apenas pelo esboço de uma análise que marca a posição do discurso do

No que diz respeito à materialidade de pesquisa, o texto 8 mostra uma enquete feita pelo *grupo* sobre a concordância ou não da participação partidária nas manifestações de 2013 através da permissão de bandeiras de partidos políticos. A partir da pergunta: *Permitir bandeira de partidos?* são expostas duas alternativas aos participantes. As opções são:

- a) Não, movimento apartidário
- b) Sim, movimento democrático

A enquete apresenta, como resultado parcial, aproximadamente mil votos contrários à participação partidária nos protestos e mais de 186 mil votos favoráveis à presença de bandeiras de bandeiras de partidos.

A presença do *já-dito* nas respostas obtidas a partir da enquete e que, conforme Orlandi (2012) “vem pela memória, pelas filiações de sentidos constituídos em outros dizeres (...) marcada pela ideologia e pelas posições relativas ao poder – traz em sua materialidade os efeitos que atingem esses sujeitos apesar de suas vontades” pode ser aferida pela memória coletiva de que os partidos políticos, dentre os quais aqueles de orientação política de esquerda, fizeram-se presentes nos momentos históricos recentes quando da (re)abertura da democracia brasileira, desde o movimento das *Diretas Já* (1984), passando pela *Assembleia Nacional Constituinte* (1988) e pelo *Movimento Caras Pintadas* (1992), entre outros.

A participação dos militantes partidários nas grandes manifestações traz em si a memória coletiva do movimento sindical paulista no final dos anos 70 do século passado, fato que reivindica para o coletivo um senso de identificação política, de pertencimento, a partir da participação de sujeitos partidários nas passeatas de 2013.

grupo e reivindica o direito de aprofundar a pesquisa sobre este organismo em trabalho posterior, conforme apresentaremos mais adiante.

Além disso, a própria noção de “democracia”, levada a termo mais generalizado na página, evoca um senso histórico de participação universal, sem quaisquer tipos de discriminação, inclusive partidária e que podem, portanto, ser delimitados a partir do seguinte quadro esquemático:

Permitir bandeira de partidos?	Sentido democrático	Sentido antidemocrático	Logo:
Não, movimento apartidário.	NÃO	SIM	Partidos não representam a noção de democracia exposta pela pergunta.
Sim, movimento democrático.	SIM	NÃO	Partidos representam a noção de democracia exposta pela pergunta.

Essa noção de democracia provém de diferentes efeitos de sentido gerados por uma pergunta a partir da qual já se sugere uma resposta. Ao ser elencada como resposta sobre a participação ou não de bandeiras de partidos, a alternativa **a** pressupõe que apartidarismo não é democracia e que, em contraste, a alternativa **b** indica o sentido genérico democrático a que nos referimos, pois permite a participação “inclusive” de partidos políticos.

A materialidade em questão aponta para uma possível contradição ao questionar a participação de bandeiras partidárias em um movimento “democrático”, cuja finalidade é protestar contra o *governo*, formado por uma pluralidade partidária que compreende, em suma, os mesmos partidos que porventura poderiam se fazer presentes nas manifestações de acordo com a vontade da maioria (+186 mil) segundo a enquete.

Essa *contradição*, contudo, pode ser representada através da definição que Pêcheux utiliza para caracterizar, conforme já dissemos, a *interpelação*, ou *assujeitamento* do sujeito como sujeito ideológico:

[...] tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a *ocupar o seu lugar* em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção (ou naquela categoria, camada ou fração de classe ligada a uma delas). Essa reprodução contínua das relações de classe (...) é assegurada materialmente pela existência de realidades complexas designadas por Althusser como ‘aparelhos ideológicos de Estado’, e que se caracterizam pelo fato de colocarem em jogo práticas associadas a lugares ou a relações de lugares que remetem às relações de classes sem, no entanto, decalcá-las exatamente. (PÊCHEUX, 2010, p. 162, 163).

A interpelação ideológica dos indivíduos das passeatas em sujeitos, mesmo aqueles que representam nas relações de produção indivíduos da base da cadeia produtiva – o povo que clama por seus direitos – identifica-os enquanto sujeitos na ideologia representada por bandeiras partidárias que outrora foram autorizadas, mediante expressiva votação, de participar das manifestações ditas democráticas. Logo, a formação discursiva com a qual tais sujeitos se identificam é em parte, por sua vez, a mesma a que pertence o governo contra o qual os sujeitos protestam.

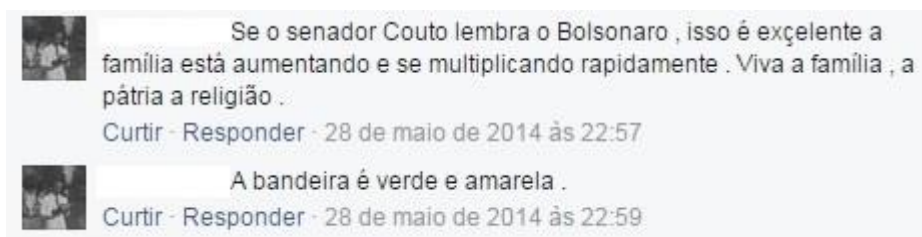
Conforme dito anteriormente, nossa análise não se atém de forma mais aprofundada a esta materialidade do corpus, sendo a mesma utilizada apenas para situar as condições de produção das discursividades objetos desta dissertação.¹⁶

Vale destacar, contudo, dois *comentários* feitos abaixo da enquete no texto principal do texto 9, feitos pelo mesmo sujeito, aproximadamente um ano após a divulgação da enquete, mais precisamente em 28 de maio de 2014:

¹⁶ Consideramos que há informações significativas para a completude das análises acerca não somente das Jornadas de Junho, mas também de todos os protestos ocorridos a partir de condições de produção semelhantes desde então. Entretanto, dada a necessidade de restrição de corpus por ora, deixaremos essas questões para serem estudadas em pesquisa posterior.

No primeiro dos comentários, postado às 22h57, percebe-se a interdiscursividade em relação à presença da *família*, da *pátria* e da *religião*, referenciais estes presentes em outros momentos históricos determinantes para a política brasileira, principalmente no episódio conhecido como *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, ocorrida em 19 de março de 1964¹⁷, no governo do então presidente João Goulart, posteriormente deposto no episódio que ficou conhecido como “Golpe de 64”. No comentário seguinte, postado às 22h59, o sujeito reafirma seu posicionamento por meio da assertiva *A bandeira é verde e amarela*. A posição-sujeito no discurso em questão é, novamente, marcada pelo nacionalismo ufanista cuja onda precedeu o Golpe de Estado em 1964.

TEXTO 9



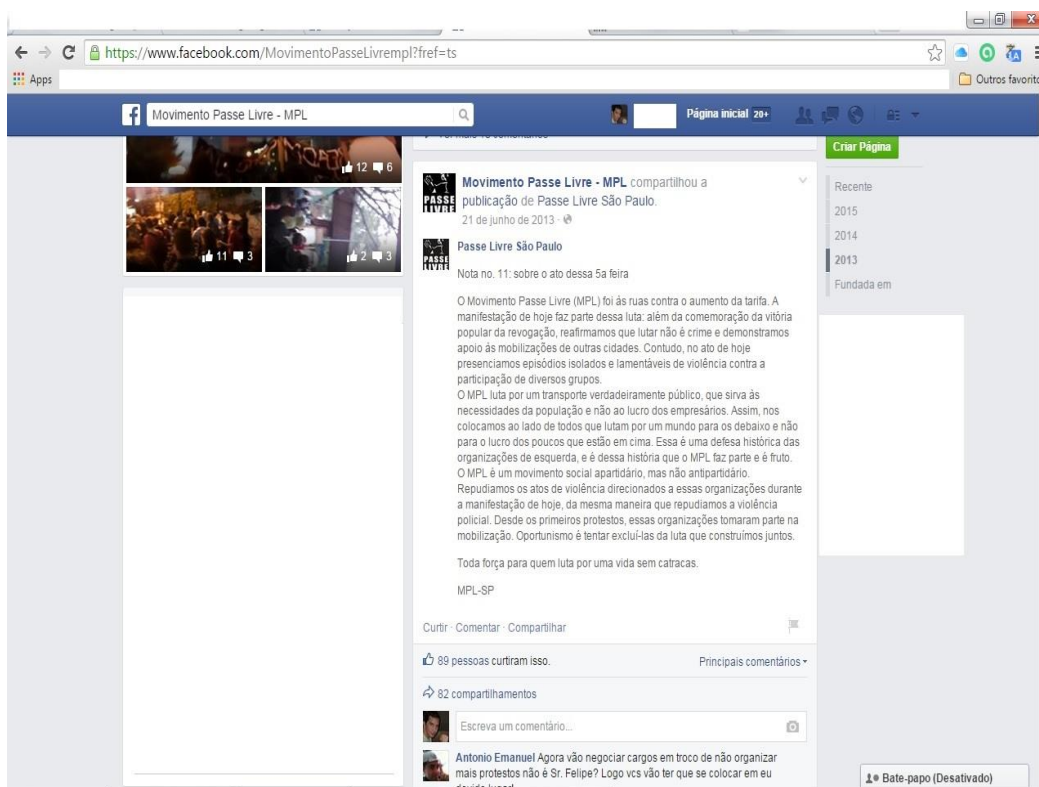
Os comentários presentes no texto 9 serão retomados quando das análises das materialidades.¹⁸

O texto 10, por sua vez, foi disponibilizada a partir do perfil no Facebook do Movimento Passe Livre:

¹⁷ Esse episódio também será explorado em pesquisa posterior por considerarmos fazer parte das materialidades sobre as posições-sujeito dos discursos de protesto no Brasil desde o período pré-Golpe (1964) e cujo recorte será melhor delimitado para um projeto de Doutorado.

¹⁸ Algumas das materialidades aqui presentes, embora não constituam o cerne de análise do presente trabalho, poderão surgir como paráfrases dos discursos presentes nas materialidades objetos do *corpus* de análise.

TEXTO 10



Esse movimento tem como definição, segundo os organizadores:

“(.) um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um transporte público de verdade, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada. O MPL é um grupo de pessoas comuns que se juntam há quase uma década para discutir e lutar por outro projeto de transporte para a cidade. Estamos presentes em várias cidades do Brasil e lutamos pela democratização efetiva do acesso ao espaço urbano e seus serviços a partir da Tarifa Zero! O MPL foi batizado na Plenária Nacional pelo Passe Livre, em janeiro de 2005, em Porto Alegre. Mas antes disso, há seis anos, já existia a Campanha pelo Passe Livre em Florianópolis. Fatos históricos importantes na origem e na atuação do MPL são a Revolta do Buzu (Salvador, 2003) e as Revoltas da Catraca (Florianópolis, 2004 e 2005).”

(Disponível em <http://www.mpl.org.br/>, acessado em 24/03/2015, às 16h14)

O discurso veiculado no texto é o de uma análise das manifestações ocorridas em 20 de junho de 2013, data anterior à da postagem. A se considerar em relação ao texto 8, este em questão difere algumas horas quanto à postagem em relação ao primeiro. Seu teor, entretanto, evoca, conforme disposto a seguir, as ideias do *apartidarismo* e dos *ideais democráticos* como estandartes do movimento.

Embora não se coloque como movimento partidário, o MPL sinaliza, no corpo do texto 10, o alinhamento ideológico das propostas do movimento com as bandeiras de esquerda (*Essa é uma defesa histórica das organizações de esquerda, e é dessa história que o MPL faz parte e é fruto.*) e, a seguir, defende seu apartidarismo, ressaltando, entretanto, que ser apartidário não significa ser contra a existência de partidos (*O MPL é um movimento social apartidário, mas não antipartidário*).

Ao defender historicamente as organizações de esquerda, os sujeitos do MPL se colocam abertamente contrários a muitas das ideias defendidas pelos partidos dessa representação política. O *apartidarismo*, com o prefixo *a-* significando, em um primeiro momento, exclusão, negação, reflete um equívoco de que não há envolvimento partidário. Há o envolvimento partidário *dos partidos com os quais a ideologia do movimento se identifica*. Há, portanto, uma permissão, não à sigla partidária em si, mas à ideologia por ela representada, desde que seja esta uma ideologia pertencente a uma formação ideológica consoante. O não *antipartidarismo*, explicitado a seguir, dá indícios de que todas as posições-sujeito existentes nessa afinidade ideológica por meio de seus discursos são bem-vindas.

A análise segue com a condenação dos atos de violência que culminaram na agressão de membros de partidos políticos, ou pelo menos a eles identificados, nas manifestações do dia anterior, 20 de junho (*Repudiamos os atos de violência direcionados a essas organizações durante a manifestação de hoje, da mesma maneira que repudiamos a violência policial. Desde os primeiros protestos, essas organizações tomaram parte na mobilização. Oportunismo é tentar excluí-las da luta que construímos juntos.*).

Assim como no texto 8, há uma preocupação em incluir no discurso das manifestações os mais diferentes alinhamentos ideológicos, representados pela incorporação dos sujeitos cujo interdiscurso remete aos ideais generalizados de “democracia”. Por sua vez, há a repetição da contradição, embora de forma mais ou menos dissimulada, do protesto por sujeitos inscritos na formação discursiva em que se insere o discurso do governo.

Como referencial histórico, ressalta-se que a passeata do dia anterior ao dos fatos relacionados nas imagens de 8 a 10 foi a mais emblemática do ponto de vista da participação popular em todo o período das Jornadas de Junho. Segundo estimativas, cerca de um milhão de pessoas¹⁹ compareceu às ruas de aproximadamente cem cidades brasileiras naquela data.

As manifestações de 20 de abril de 2013 foram as que caracterizaram as maiores ondas de violência:

Manifestantes radicais venceram a maioria pacifista e deram o tom dos protestos em série que tomaram as ruas do país no dia 20 de junho, reunindo 1 milhão de pessoas. Indiferentes à redução dos preços das passagens de ônibus em capitais como Rio e São Paulo, grupos sectários entraram em confronto com a Polícia Militar em pelo menos dez cidades brasileiras, ofuscando as pessoas que pretendiam se manifestar em paz. As lideranças das marchas (...) foram incapazes de conter os confrontos. A sede da prefeitura do Rio e imediações (...) foram transformadas em campo de batalha, deixando 41 pessoas feridas (GOIS, Chico de, e OTAVIO, Chico. O Brasil nas ruas, pp. 182 – 184).

¹⁹ fontes: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/20/em-dia-de-maior-mobilizacao-protestos-levam-centenas-de-milhares-as-ruas-no-brasil.htm>; <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/as-manifestacoes-pelo-brasil-em-20-de-junho-4066.html>, acessados em 24/03/2015, às 18h15 e 18h21, respectivamente.

Nesse clima de caos registrou-se a primeira morte das Jornadas de Junho.

Em Ribeirão Preto (SP), um manifestante, Marcos Delefrate, de 18 anos, morreu atropelado quando um carro tentou furar o bloqueio formado pela passeata. Em Manaus, um jovem foi esfaqueado. Dois carros de reportagem, no Rio e em Natal, e dois ônibus da FIFA em Salvador foram atacados, ambos em Salvador (idem).

2.5 O espaço urbano e a construção de um paradigma de análise

Venturini (2009, p. 139) diz que *é pelo discurso que a cidade se significa, e os sujeitos que a habitam reafirmam seu pertencimento ao espaço pelas filiações identitárias que os inscrevem em redes de memória. Ao descrever o espaço urbano, na sua representação enquanto cidade, como um conjunto de gestos de interpretação que constituem o urbano, cujo discurso se realiza no confronto entre o simbólico e o político* (idem, p.138), a autora coloca em relação três aspectos, a nosso ver, imprescindíveis para que se delimite a transferência de *espaço* do urbano para o *virtual*, para as redes sociais.

O primeiro aspecto diz respeito ao *espaço* em si. O *espaço urbano* é, de acordo com Venturini (citando Orlandi, 1999), caracterizado por uma ligação do caráter da organização administrativa, diretiva. As *cidades*, por sua vez, seriam uma representação da ordem do simbólico, da relação *do real com a história* (p.138). A delimitação do *espaço* enquanto local de *acontecimento*, como pressupõe a presente dissertação, dá-se no limiar entre essas duas definições:

- I. A do *urbano*, pelo caráter administrativo de onde se projetam algumas posições-sujeito referentes ao contra-discurso governamental em relação às reivindicações das passeatas, e

- II. A da *cidade*, pela relação do simbólico, dos domínios de memória evocados pelos sujeitos nos protestos que reivindicavam mudança de postura por parte de seus governantes.

E essa relação *limítrofe*, a nosso ver, constituirá um paradigma ao ser aplicado aos outros dois aspectos.

O segundo aspecto diz respeito às *filiações identitárias*. As manifestações de 2013 colocaram nas ruas lado a lado e com *as mesmas reivindicações*, conforme já apontamos, sujeitos filiados a formações discursivas ora antagônicas ou *excludentes*. O ato de manifestar externalizava posições-sujeito que falavam a partir de discursividades de trabalhador assalariado, ou de empresário, ou mesmo de funcionário público ou desempregado. Várias posições, a partir de formações discursivas que se uniam, no momento das reivindicações, constituindo uma formação discursiva específica: *a do sujeito manifestante, do sujeito descontente com o governo*.

O terceiro aspecto diz respeito à *memória*. A *memória discursiva*, ou o conjunto de dizeres já ditos e esquecidos que determina o que dizemos (cf. Orlandi, 1998, p.9) ou o interdiscurso, o *já-dito* que sustenta a possibilidade do dizer, constituem elementos primários a que o indivíduo recorre para se posicionar, sendo interpelado em sujeito pela ideologia, e falar a partir de sua *posição-sujeito*. A *memória*, portanto, enquanto constituinte do *espaço urbano*, espaço em que ocorreram as manifestações, não pode ser considerada estanque. Ela é, sim, formada por *redes de memória*, que operam não isoladamente, constantemente de acordo com a produção do discurso no *espaço urbano*. E essas *redes* são compostas por aquilo que é comportado na memória discursiva, na memória institucional e na memória metálica.

Para Orlandi, (idem, p.31) a ideologia constitui a interpretação de sentido em certa direção que é determinada pela relação da linguagem com a história. Em outras palavras, o indivíduo só se constitui enquanto sujeito quando interpelado pela ideologia e afetado pela língua e pela história, sendo esta, em sua forma abstrata (transparente).

Ocorre que os indivíduos que são interpelados em sujeitos pela ideologia possuem eles mesmos sua própria história, sua própria filiação ideológica, estão inscritos em formações discursivas diversas e seus discursos provêm de condições de produção que levam em consideração todo esse quadro em que os sujeitos manifestantes se inscrevem e ao mesmo tempo a especificidade de cada um desses sujeitos. O paradigma a que nos referimos se dá, portanto, a partir da relação de interdependência desses três aspectos na percepção dos efeitos de sentido.

Como, então, a partir de condições de produção específicas, em espaço urbano, com sujeitos recorrendo a domínios de memória específicos, perceber os efeitos de sentido provenientes do discurso *da rua* através da *rede social*, do *ambiente digital*?

Para nós, esses efeitos de sentido, bem como as condições de produção, o espaço e as posições sujeito do discurso não têm como ser vistos a partir de suas condições originais. Faz-se necessário (re)materializar o discurso a partir de todos esses elementos e sua *interpretação no meio digital*. Orlandi diz que:

O que define o interdiscurso é a sua objetividade material contraditória, [...] que reside no fato de que algo fala sempre antes, em outro lugar e independentemente, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas. É isto que fornece a cada sujeito a “sua ‘realidade’ enquanto sistema de evidências e de significações percebidas-aceitas-experimentadas”. Aí se explicita o processo de constituição do discurso: a memória, o domínio do saber, os outros dizeres já ditos ou possíveis que garantem a formulação (presentificação) do dizer, sua sustentação. [...] Essa impessoalidade do sentido, sua impressão referencial, resulta do efeito de exterioridade: o sentido lá. A objetividade material contraditória (ORLANDI, 1998, p.39).

Assim, o *interdiscurso*, o *já-dito*, é a chave para que a *discursivização* tome lugar aos *discursos* ora estudados. As materialidades discursivas que são objetos de análise da presente dissertação, muito embora as manifestações ocorridas em junho de 2013 tenham conseguido sua visibilidade nas ruas, no

espaço urbano, foram obtidas e estudadas a partir de sua relação *com o espaço do ambiente digital*. E a noção dessa distinção, ressaltamos, faz-se *mister* na compreensão dos efeitos de sentido que se depreendem a partir daí.

2.6 A rede social como espaço de *discursivização*: do significado à significação

2.6.1 O universo digital e o discurso

A popularização da *internet*, em meados dos anos 90, trouxe consigo um novo ambiente por meio do qual os discursos (re)significam através de sujeitos diversos. A velocidade da comunicação e sua extensão global deixaram para trás as dificuldades que até então existiam para que o discurso ganhasse espaço de significação entre sujeitos de forma quase instantânea. Aquilo a que Marcuschi (2004, p.13) chama de *gêneros eletrônicos* (e-mails, chats, listas de discussão ou blogs, por exemplo), ou de elementos da *e-comunicação* (idem), trouxeram à tona várias formas de expressão que estenderam a compreensão do sentido a um novo universo, ao mesmo tempo real, porém *etéreo*: o universo digital, por meio da *internet*.

Conforme Crystal (2006, p. 77), *a internet não é mais do que uma associação de redes de computador compartilhando padrões comuns, que permite às mensagens serem enviadas de qualquer computador central (host) em uma rede para qualquer host em outra*. De acordo com ele, a *internet* fornece uma crescente variedade de serviços e permite que um número sem precedentes de pessoas entre em contato umas com as outras, valendo-se, para isso, de técnicas específicas.

A *internet* compreende, hoje, uma expansão notável das opções expressivas em uma língua, e esse fenômeno pode ser observado nos *e-mails*, nos *chats*, no *texting*, no *blogging* e nas redes sociais (Crystal, 2011, p.7).

Interessante se faz notar, contudo, que, embora o foco de Crystal se atenha às questões essencialmente linguísticas, voltadas para os fenômenos da comunicação digital, ao voltarmos os olhos para além da compreensão linguística pura e simples, uma análise quanto aos efeitos de sentido daquilo que é (re)produzido nos ambientes digitais de comunicação em massa, hoje, configura a *internet*, como um terreno profícuo em materialidades discursivas de análise.

Um discurso produzido por um sujeito, através da *Comunicação Mediada por Computador (CMC)* (Marcuschi, 2004, p.15), ganha espaço imediato no universo digital por meio da interconexão entre diversos outros *elementos sociais* (Dias, 2004, p.74) *coabitantes* desse espaço, (res)surgindo e (res)significando nas partes do conjunto do universo digital, como em *blogs*, sítios de internet, salas de bate-papo virtual, fóruns de discussão e nas redes sociais.

As redes sociais do universo digital são, hoje, alguns dos diversos modos de interconectividade e de inter-relação entre os sujeitos. Dividindo e entrecruzando o espaço com diversos elementos sociais que *habitam* (Dias, 2004, p.74) a internet, esses ambientes, dos quais recortamos o *Facebook* e o *Twitter* como suportes nesta dissertação, servem de base para aquilo que a que Dias chama *uma série de relações virtuais que passam a fazer parte das práticas sociais cotidianas, e que constituem novos tipos de comunidade* (idem).

Embora as redes sociais por si constituam organismos únicos, distintos uns dos outros quanto à operacionalização ou à integração dos sujeitos que delas participam e nelas discursivizam, ou ainda quanto à propriedade específica de seus domínios, elas *compartilham*, entre outras coisas, informações, identidades subjetivas daqueles que delas participam e, sobretudo, os discursos desses sujeitos, que percorrem os fios da *teia digital* indo de um nó a outro e a outro, assumindo diferentes efeitos de sentido de acordo com as situações e os locais em que ocorrem.

2.6.2 Da rede à rua

Dias (2014, p.200) utiliza a expressão *À rua!*, (deslizamento) de uma convocatória que se fez presente nas passeatas das Jornadas de Junho (*Vem pra rua!*), para exemplificar a invocação dos sentidos daquele sujeito que está no espaço privado para que se mobilize, que se locomova, que se dirija, ao espaço público.

O “chamamento” proferido em 2013 dá a dimensão do *espaço* em que circularam os discursos de protesto daquele ano. Esse *espaço*, o *urbano*, como via de materialização dos discursos de ordem, conforme já dissemos, compreende o encontro de dois fenômenos, quais sejam, a *mobilidade* e a *conexão*. Dias afirma que a rua é um espaço de mobilidade e de conexão, pois *a conectividade é o que define a mobilidade contemporânea* (2014, p. 12), produzindo laços sociais a partir de processos de identificação, que resultam no encontro metafórico entre a rua e a rede, expandindo as fronteiras que delimitam as relações entre sujeitos.

A *conectividade* e os *processos de identificação* a que se refere a autora, no caso da presente dissertação, tratam da *materialização* (como definido nesta dissertação em 2.5) do ato de protesto, do discurso de protesto da rua no *ambiente digital*. É a simultaneidade dos eventos (convocação/passeata/ repercussão/ convocação/ passeata) em efeito imediato, presentificado, constituída horizontalmente, que marca o fenômeno da passagem do discurso para o da *discursivização*, da análise das condições de produção dos dizeres de ordem, das propriedades de memória evocadas e dos efeitos de sentido depreendidos a partir desse processo.

Os efeitos de sentido gerados pela simultaneidade dos eventos no ambiente digital estão ligados ao domínio da memória metálica (Cf. Orlandi, 2010, p.09), uma vez que sua expansão se dá horizontalmente, formando uma *rede de filiação* (idem) que produz resultados pontuais, superficiais. De acordo com Dias, esses *efeitos de memória*, como ela os chama, acabam por não encontrar espaço de legitimidade para suas reivindicações, uma vez que são

esvaziados (2014, p. 204). Para ela, há um desencontro na organização entre os movimentos sociais *institucionalizados* e os do Estado, e uma forma de organização desses movimentos que se inscreve numa memória metálica (idem), o que dá margem a *incompreensões e equívocos tanto da parte dos manifestantes quanto da parte do Estado. Numa democracia, abolir as instituições sem um projeto político outro em seu lugar é cair facilmente numa ditadura* (DIAS, 2014, p.204).

Ao se (re)materializar os discursos das passeatas de 2013 em meio digital, o que se encontra é, conforme Dias (idem, p.205), um novo modo de disseminação ou de compartilhamento de sentidos em que o que prevalece são a velocidade e a conectividade. Assim, reunir milhares de pessoas com convicções políticas ou religiosas diferentes não se torna tarefa difícil ou demorada. Dessa forma, corre-se o risco de apenas *arranhar a superfície* dos efeitos de sentido que os discursos provenientes das ruas, (re)materializados nas redes sociais, podem produzir. Embora o *espaço digital* seja mais amplo, sua horizontalização não permite que os sentidos inscritos em uma memória metálica se aprofundem:

É nesse sentido que dizemos que é por inscrição a uma memória metálica que os sentidos da manifestação se produzem “nas circunstâncias que se esgotam em si mesmas e imobilizam [o sujeito] na falta de uma filiação” (ORLANDI, 2012, p. 18), diferentemente da formação discursiva dos movimentos sociais dos anos 70/80, cujo núcleo organizacional se dava através de uma identificação/filiação à luta dos trabalhadores, ao movimento estudantil e/ou aos partidos políticos (DIAS, 2014, p. 205).

Vale ressaltar que a memória metálica, em sua horizontalidade, é uma *simulação* da memória discursiva. Ou, como diz Dias, é uma *memória de repetição do mesmo, da produtividade* (idem, p. 207).

Essa *repetição do mesmo*, em especial nas redes sociais, pode, na presente pesquisa, ser percebida por meio das paráfrases presentes nas materialidades colhidas em fontes distintas que têm em comum o *espaço digital*

como lócus de circulação, conforme demonstraremos no item *sobre a arquitetura da pesquisa*, no próximo capítulo.

3 METODOLOGIA E ANÁLISES

3.1 Sobre a arquitetura da pesquisa

A proposta central deste trabalho surge, sob a ótica da Análise de Discurso com filiação em Michel Pêcheux, de alguns discursos de ordem presentes nas manifestações populares ocorridas no Brasil a partir de maio de 2013. Tais discursos são observados quanto às suas condições de produção e as formações discursivas em que estão inseridos, o interdiscurso que emerge nos enunciados estudados e suas relações com os domínios de memória do passado histórico recente do país, a relação dialética entre mídia e redes sociais já mencionada ante o cenário de manifestações no Brasil e que traz consigo alguns questionamentos pertinentes à Análise do Discurso (AD).

Observam-se indagações quanto à inscrição dos sujeitos no discurso, seja este midiático ou proveniente das redes sociais – enquanto questionadores da mídia – e quanto às formações discursivas a que tais sujeitos possam estar filiados. Por fim, observam-se perguntas que vêm à tona ao se perceberem as condições de produção desses discursos e acerca daquilo que é perceptível nos enunciados de ordem e nas chamadas das manchetes de jornais e daquilo que é silenciado, seja constitutivamente, seja à força, nas notícias veiculadas pela imprensa.

A produção de novos efeitos de sentido por meio da divulgação dos fatos no espaço midiático traz à tona a visibilidade dos jogos de força, o que, por si só, justifica a tomada deste como espaço de análise discursiva.

Para atingir esse fim, faz-se necessário situar as condições históricas de produção das materialidades discursivas objetos de estudo na presente dissertação e seus respectivos domínios de memória, bem como de suas condições de produção e das formações discursivas nas quais essas materialidades se inserem.

A observação dos efeitos do *não-dito* a partir das materialidades primárias estudadas e as relações de paráfrase com outras materialidades que também são encontradas no ambiente digital e que fazem referência às Jornadas de Junho de 2013 se tornam objetivos importantes para a completude do presente estudo.

A metodologia de pesquisa do presente trabalho parte dos discursos presentes nas materialidades objetos do estudo e, a partir das pistas neles contidas, identifica redes parafrásticas e seus respectivos domínios de memória, bem como suas condições de produção e de que maneira estas remetem à história recente do Brasil.

Para isso, os enunciados são analisados levantando-se neles materialidades linguísticas que forneçam pistas para o estudo da ordem do discurso, via entrelaçamento da materialidade da história com a da ideologia, pela via da linguagem.

Apontadas essas correlações, o presente trabalho efetua análises das relações de paráfrase e de polissemia entre as materialidades, visando a identificar os diferentes efeitos de sentido produzidos pelos enunciados nas manifestações de 2013, tanto a partir do discurso proveniente das ruas quanto a partir daquele veiculado pela mídia para noticiar os mesmos fatos históricos.

Acredita-se, pois, que são verificados traços do apagamento do agente a partir do surgimento da propaganda que constitui uma das materialidades de análise e que, mesmo esta, valeu-se de outros dizeres, em outro lugar, para apropriar-se, em outra formação discursiva, de um enunciado dos sujeitos do processo de mudança.

Por fim, traça-se um perfil dos sujeitos presentes nas manifestações estudadas, quanto aos lugares em que se inscrevem.

3.2 Junho de 2013 – o mês da mudança

O ano de 2013 teve sua marca na história da política brasileira por uma intensa onda de apelo popular presente nas mais diversas regiões do país e que refletiu um sentimento de insatisfação coletiva em relação às ações da administração pública em toda a sua estratificação, do nível municipal até o âmbito da administração federal.

Esse crescente sentimento de comoção nacional acarretou uma série de manifestações populares iniciadas no final do primeiro semestre daquele ano, as quais apresentaram na metodologia de organização características bastante específicas – que não se encontram no cerne dos objetos deste estudo – e que trouxeram, em seu *modus operandi*, a marcha de protestantes com dizeres estampados em cartazes e gritos de ordem entoados contra o poder público e contra alguns segmentos do empresariado brasileiro. Tais dizeres, em sua maioria, remetiam a áreas consideradas deficientes no perfil da administração pública no país, como a saúde, o transporte, a educação e a idoneidade do perfil daqueles que compõem o quadro político brasileiro, entre outros.

O estopim desse “levante”, entretanto, centrou-se em um aspecto bastante pontual: o aumento de passagens de ônibus e de metrô, em maio daquele ano, considerado abusivo em diversos estados brasileiros e que teve como opositores iniciais organismos de ação popular, predominantemente nos estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul. Foi a partir da organização dos protestos do chamado **Movimento Passe Livre**²⁰, nesses dois estados, que a atenção tanto da mídia quanto – e por extensão – da opinião pública se voltou para o que seria mais tarde uma grande pauta de reivindicações pela melhoria

²⁰ Trata-se de movimento social autônomo, a ser abordado no título DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO no presente trabalho.

da qualidade nos serviços públicos em geral e pela moralização da política nacional.

Com o slogan ***Não é só por 20 centavos***²¹, escrito em muitos dos cartazes de protesto nas manifestações ocorridas nas cidades de São Paulo e de Porto Alegre, em meados de junho de 2013, o movimento ganhou visibilidade nacional e conquistou a simpatia de dezenas de milhares de novos manifestantes que, a cada dia, encorparam as passeatas não só das capitais paulista e gaúcha, mas também de outros importantes centros urbanos brasileiros, como as cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Vitória e Campinas, por exemplo.

O que se verificou a seguir foi uma mobilização em cascata operando por meio de duas fontes distintas: a veiculação de notícias através das emissoras televisivas e radiodifusoras de grande alcance e a repercussão dessas notícias nas redes sociais, principalmente no *Facebook* e no *Twitter*.

Essas fontes, aliás, têm funcionado desde então como operadores quase indissociáveis das mobilizações de massa brasileiras, ora pelo antagonismo proporcionado nas redes sociais ante a divulgação direcionada de informações por parte da grande mídia, ora pela superexposição dada por essa mesma mídia ao fomento de mais manifestações por meio das redes sociais.

Assim, consideramos que esses dois operadores têm contribuído para que se tenha um cenário de articulação e de mobilização popular por via digital até então desconhecido *in loco* por parte dos brasileiros, mas que já se fez presente em momentos históricos recentes de países como Grécia e Turquia em seus recentes levantes populares.

A presente pesquisa tem por objetivo, portanto, analisar a discursivização das manifestações populares ocorridas nas Jornadas de Junho

²¹ Tal slogan constitui o primeiro objeto de análise do presente projeto, considerado como uma sequência discursiva, a ser retomado em seu momento específico.

de 2013 por meio de análises das relações de paráfrase e de polissemia que visem a identificar os diferentes efeitos de sentido produzidos a partir de materialidades encontradas no meio digital em sítios de notícias da chamada grande mídia e nas redes sociais *Twitter* e *Facebook*.

3.3 Sobre as materialidades de pesquisa – o discurso da rua no ambiente digital

O presente trabalho recorta, centralmente, conforme dissemos, três enunciados presentes, em suas diferentes formas parafrásticas, como materialidade básica de análise, a saber:

- **“Não é por 20 centavos”**;
- **“O Gigante acordou”**; e
- **“Vandalismo mental”**

Tais enunciados por si só já constituem redes parafrásticas e, embora dada a diversidade de formas sob as quais foram externados durante as manifestações, foram analisados, a partir de sua emergência, em três materialidades digitais cujos sentidos se complementam e que são dispostos quanto às materialidades em um *banner*, uma charge e um cartaz de protesto.

3.3.1 Sequência discursiva de referência (sdr)

Em *Análise do discurso político. O discurso comunista endereçado aos cristãos*, Courtine (2009), denomina *sequência discursiva de referência* (sdr) como a *sequência a partir da qual os outros elementos do corpus receberão sua organização*. A sequência discursiva de referência pertence ao nível da formulação, sendo uma distinção desta e depende de condições de produção da sequência discursiva de referência [cp(sdr)], que dizem respeito à situação

da enunciação, quais sejam suas coordenadas espaço-temporais e circunstanciais.

Serrani (1997, p. 60), atenta ao fato de a sequência discursiva de referência depender, no processo discursivo em que emerge, da *formação discursiva de referência (FDR)*, que é a dominante na rede de formulações em que se constitui o saber próprio de uma FD (idem).

No caso do recorte do presente *corpus*, a *sdr* é constituída pelo primeiro mote a ser analisado e cujos levantamentos quanto às condições de produção e à formação discursiva de referência são verificados no decorrer da análise.

3.4 Não é por 20 centavos

O resgate histórico das manifestações ocorridas no Brasil a partir das Jornadas de Junho retoma, conforme já dissemos, o slogan ***Não é por 20 centavos***, representado no texto 11.

TEXTO 11



Esse mote constitui o primeiro enunciado recortado, no contexto das manifestações de rua, para análise nesta dissertação, dadas sua pertinência histórica para o desencadear das manifestações e sua relação político-

ideológica com o descontentamento das grandes massas populares que invadiram as ruas das grandes cidades a partir das manifestações organizadas pelo “Movimento Passe Livre”.

O discurso em questão é estudado a partir de sua contextualização em um texto gráfico divulgada na internet, inclusive no *Facebook*, e em cujo plano destacam-se, no fundo preto, o valor de R\$ 0,20 com a vírgula desenhada em sangue e, ao lado, os dizeres: ***Não é por centavos. É por direitos.*** O grafismo apresenta o dizer de ordem que se multiplicou durante as manifestações de 2013, precedido pelo símbolo de *hashtag*, indicativo de postagem da rede social *Twitter*: ***#vemprarua***.

A memória dos eventos do dia 12 de junho, primeira manifestação reprimida pela polícia de forma mais violenta na cidade de São Paulo é evocada, primeiramente, através do contraste entre o fundo e a vírgula, que ali pode representar a opressão histórica a que se submetem os movimentos sociais, inclusive o da luta pelo transporte coletivo gratuito.

Um ponto de vista análogo pode ser verificado a partir dessa dualidade gráfica entre as cores preto e vermelho em Orlandi *na maneira como cores como o negro está relacionado ao fascismo, à direita, e o vermelho ao comunismo, à esquerda, segundo um imaginário que afeta os sujeitos em suas posições políticas* (2012, p.31). Esse *jogo de cores*, de *significação* a partir das cores – e não somente delas – advém da ressonância de domínios de memória e fazem com que (os domínios) trabalhem para os efeitos de sentido pelo *não-dito*.

Um outro exemplo desse tipo de relação pode ser encontrado em Orlandi (2012, p.66) a respeito do enunciado: *Vote sem medo*. A autora destaca que a análise de discurso visa a compreender como um objeto simbólico produz sentidos (idem). Para que o enunciado em questão, *Vote sem medo* (trata-se de um enunciado veiculado em uma faixa preta na entrada do campus universitário à época de eleições), possa ser analisado, faz-se necessário compreender a maneira como ele *significa* no processo discursivo,

na sua relação com a ideologia, em como se constituem os sentidos de seus dizeres.

A filiação dos sentidos percebidos pelo discurso em questão (na faixa) e as relações *desenhadas* pela ideologia permitem que Orlandi mapeie nesses dizeres efeitos de memória relacionados ao fascismo e que, ainda que tais efeitos sejam desconhecidos por parte de seus interlocutores (os *autores* da faixa), eles *sempre estão lá* e podem, assim, emergir, a qualquer momento, sob condições de produção específicas, como domínios de memória.

Outro aspecto que merece ser destacado são as possibilidades a partir do *não-dito* em relação à materialidade discursiva. No caso de *Vote sem medo*, Orlandi relaciona uma série de outros modos de dizer que são silenciados a partir daquilo que é dito, mas que significam, em suas inúmeras possibilidades de formulação, como se referissem aos mesmos sentidos presentes na formulação original:

Vote sem medo = Vote com Coragem (idem, p.66)

Pode-se depreender, a partir dessa leitura, a imagem com fundo preto como a do ambiente representado pelas entidades “repressoras”, observadas a partir do ponto de vista dos movimentos populares como sendo algo que tenta sufocar a ideia da reivindicação pelos centavos. O vermelho representado na vírgula, portanto, afirma o posicionamento contrário à postura do aparelho repressor, colocando-se ideológica e politicamente em contraste com o ambiente que o envolve.

O enunciado “*Não é por centavos*” corrobora com esse efeito de sentido com o papel do *já-dito* por meio dos *AIE* (cf. Althusser) de imprensa, relacionados nos comentários de Arnaldo Jabor e da *Folha de S. Paulo*, que suscitaram a crítica quanto ao vandalismo e à falta de propósito dos manifestantes envolvidos nas passeatas daquele dia.

O advérbio de negação no enunciado articula o intradiscursos com o interdiscursos e faz intervir no fio do discurso os pré-construídos que circulam na esfera social: *É também por direitos (eu acho que é por direitos)*.

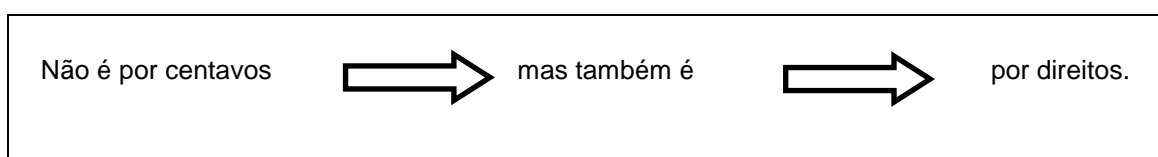
Esses *direitos*, mantendo-se a linha de raciocínio a partir da dicotomia de cores exposta por Orlandi (2012) historicamente vêm sendo negados e reivindicados na *Luta de Classes*. A esta referência do *não dito*, daquilo que silencia, explica Orlandi que para nosso contexto histórico-social, um homem em silêncio é um homem sem sentido. Então, o homem abre mão do risco da significação, da sua ameaça e se preenche: fala (2011, p. 34).

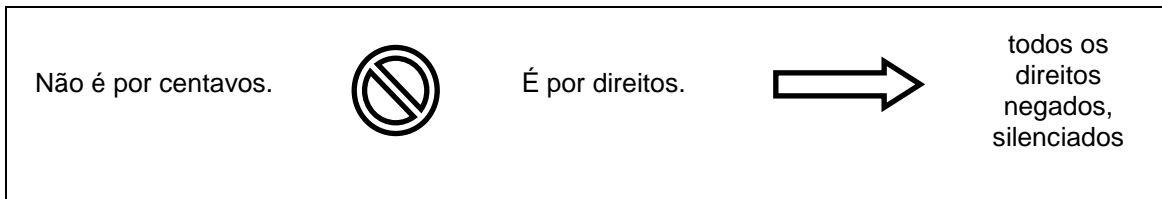
Embora a situação exemplificada por Orlandi em um primeiro momento se estenda à diferença entre *falar* e *significar*, ela transparece também a ideia do silêncio como vazio, como falta. O *não-dito*, a *falta*, leva a reflexões que, ainda segundo ela, *tematizam a relação linguagem/pensamento e linguagem/mundo (sociedade) e que atribuem funções que confirmam a centralidade da linguagem*.

Essa abertura para os sentidos, por meio daquilo que não foi dito (*há mais reivindicações que apenas os centavos. Há também os direitos*) transparece no *banner* alguns questionamentos que se fazem pela elipse das conjunções aditivas *não só... mas também* unindo os dois enunciados em um período em coordenação, ou apenas a conjunção *também* na segunda oração, que também produz o efeito de sentido de adição em um primeiro momento.

A divisão do período em orações distintas, completas, produz a ideia da omissão a que nos referimos mais acima, da negação desses direitos e da delimitação do direito a apenas vinte centavos. Todas as outras reivindicações seriam, portanto, excedentes à reivindicação original – *vinte centavos* – e não caberiam no discurso emitido a partir da posição-sujeito representada pela imprensa nas notícias veiculadas tanto pela coluna de Arnaldo Jabor, no *Jornal da Globo*, quanto pelo jornal *Folha de S. Paulo*.

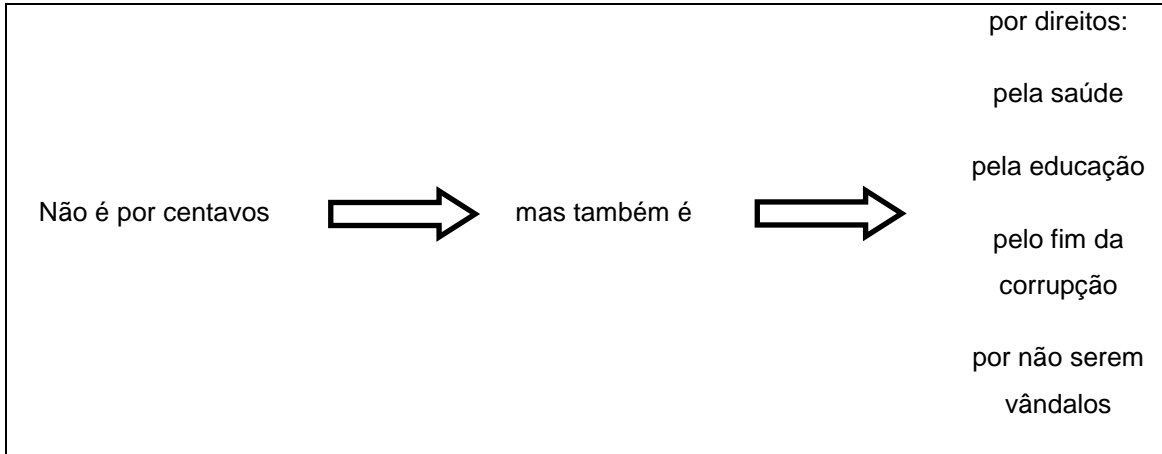
Essa comparação pode ser melhor explicitada no quadro abaixo:





Mittmann (2005), ao analisar o texto *Lecture et memoire: projet de recherche*, de Michel Pêcheux, retoma a noção de enunciado, a partir de Pêcheux, de *nó* de uma rede, noção essa relida a partir de Foucault (1969, nesta dissertação, 2002) e redefinida por Courtine em *Quelques problèmes théoriques et méthodologiques em Analyse du Discours: à propôs du discours communiste adresse aux chrétiens* (1981) como *rede interdiscursiva*.

Os *nós* que a *rede interdiscursiva* contém permitem a ligação de dizeres outros, a partir de sujeitos (mesmos ou outros), falando de diversos lugares e que foram silenciados ao se afirmar, no discurso midiático, que sua reivindicação era apenas por centavos. Ao ser considerada a presença de outras possibilidades de preenchimento na rede interdiscursiva, temos:



As reivindicações antes silenciadas pela afirmação de que as manifestações se concentravam na redução de vinte centavos nas tarifas dos ônibus, percorrem agora a teia interdiscursiva e, por meio de seus nós, do interdiscurso, se fazem visíveis por meio do substantivo *direito* e por tudo o que sua forma plural, *direitos*, significa no *banner*.

Cabe aqui salientar que à FD em que se insere o discurso da imprensa, na ocasião geradora das reportagens antes expostas, inserem-se o discurso do governo do Estado de São Paulo, por meio de sua Assessoria de Comunicação e dos demais governos dos estados em que houve críticas ao aumento das passagens. Os *vinte centavos* equivaliam, portanto, a uma condensação que compreenderia diversas realidades de reajuste distintas, com reivindicações que, ao se restringirem ao valor monetário, simplesmente, seriam distintas, mas que enunciam através de posições-sujeito dos sujeitos das mais diversas origens, situações sociais, étnicas, de escolaridade, etc, em FDs que se identificam.

A discursividade em #VEMPRARUA, por sua vez, evoca a urgência do movimento na rede social. O símbolo de *jogo da velha*, convencionalmente chamado por seu original em inglês nas redes sociais, *hashtag*, faz referência a um tópico de assunto do Twitter, que relaciona o número de inferências a um determinado termo no período de 24h, tanto em um país, quanto no mundo, os chamados *trend topics*.

No enunciado #vemprarua a presença do imperativo do verbo vir, ao mesmo tempo que conclama para as redes sociais, seja pelo número de menções do termo no Twitter, seja pela urgência do movimento das manifestações, faz ressoar *não fique em casa*. A opção por vir para a rua, do ponto de vista discursivo, implica não ficar alheio ao movimento, não ficar em casa, não compactuar com a opressão e o sufocamento transparecidos no *banner* com o impacto visual que seu grafismo representa.

Esse enunciado, aliás, se faz presente por meio de paráfrases em diversas outras materialidades discursivas encontradas nos protestos, conforme se pode verificar neste cartaz de protesto em uma manifestação ocorrida no Canadá.

TEXTO 12



(*Fique calmo e vá pra rua* – tradução livre)

O diálogo existente entre as duas materialidades se faz no nível do interdiscurso. A presença de mais um enunciado, agora em inglês (*Keep Calm*) evoca, historicamente, o sentido de resistência e de coragem que remetia aos cidadãos britânicos quando por ocasião da iminência de uma invasão germânica ao país, em 1939, quando se tem o relato da primeira aparição desse enunciado:

Keep calm é uma expressão em inglês que significa "Fique Calmo" e popular na internet, sendo utilizada em imagens e *memes*²² em que são compartilhados.

A expressão original e completa era *Keep Calm and Carry On* (Fique Calmo e Continue em Frente) e surgiu pela primeira vez

²² Meme é o termo utilizado para descrever conceitos que se espalham rapidamente pela internet, que geralmente remetem a motes humorísticos ou irônicos, mas que têm sua origem a partir de uma imitação de algo.

Fonte: <http://www.significados.com.br/meme/>, acessado em 04/04/2015, às 18h26.

em 1939 na Grã-Bretanha, com o objetivo de encorajar os cidadãos no caso de uma invasão da Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial. Foi um dos três cartazes criados para a ocasião, mas nunca foi divulgado oficialmente.

Mais de cinquenta anos mais tarde, em 2000, uma cópia do cartaz foi encontrada em uma livraria no nordeste da Inglaterra. Ficou muito popular porque inspira confiança e incentiva pessoas a perseverarem em tempos de dificuldade.

Nas imagens *Keep Calm* é possível visualizar no topo uma coroa. A coroa presente nas imagens do *Keep Calm* é um símbolo da realeza britânica, a representação da coroa do Rei George VI, que reinou entre 1936 e 1952.

Muitos anos mais tarde, com a criação das redes sociais na internet, a expressão *keep calm* ficou viral, ou seja, muito popular. Foram criadas várias imagens diferentes com a inscrição *keep calm*, mas com mensagens diferentes em vez do *carry on*.

Atualmente, o *keep calm* é frequentemente usado com conteúdos humorísticos, e existem sites onde a pessoa pode criar o seu *meme "keep calm"*. (Disponível em: <http://www.significados.com.br/keep-calm/>, acessado em 04/04/2015, às 18h24)

A presença do enunciado em inglês, a despeito da localização geográfica em que o cartaz foi exposto – um país bilíngue (francês/inglês) – evoca o efeito de sentido coletivo apresentado pelos *memes* em seu conceito de abrangência (algo de grande alcance), além de evocar também o sentido de união e de resistência historicamente sentido em *keep calm*.

A paráfrase conta ainda com a tradução literal da expressão caracterizada em *#vemprarua*, dessa vez sem a *hashtag*, em uma variação em inglês: *go to the street*.

Percebe-se, entretanto, nessa variação, um diálogo entre verbos no imperativo nos dois idiomas (português e inglês). Em português, o enunciado *vem pra rua* caracteriza um chamamento, uma invocação aos sujeitos inscritos na FD dos que protestavam a irem para a rua, mas a partir do ponto de vista de

um sujeito cuja voz, em tese, já se encontra *na rua*. O chamamento, então, em segunda pessoa do singular (*vem tu*), ao ser traduzido para o inglês, por outro sujeito em outra localidade, transforma-se em uma convocação para que se vá *à rua*.

Embora haja a inscrição do sujeito dos dizeres do cartaz em inglês na FD dos protestantes das Jornadas de Junho, o chamamento que o enunciado desses dizeres faz diz respeito não àqueles que se encontravam no Canadá no momento dos protestos, mas àqueles que se encontravam no Brasil, aos sujeitos cujo silêncio dos protestos ainda se fazia presente no país. Ao invés de *vem pra rua*, os dizeres da materialidade enunciada no Canadá dizem *vá para a rua. Fique calmo (mantenha-se calmo) e vá para a rua*.

E o ato de ir à rua, em mais uma paráfrase que envolve a reivindicação além dos centavos, nos remete à segunda materialidade analisada.

A segunda materialidade discursiva que constitui objeto de estudo desta dissertação, ***O Gigante acordou***, é estudada a partir de uma charge encontrada na internet, em um *blog*, baseada na propaganda de uma franquia escocesa de uísques²³ e cujo *frame* (quadro) do anúncio original pode ser visto, a título de comparação visual, no texto 14.

A análise leva em conta tanto a parte gráfico-imagética, que remete a um “gigante de pedra”, conforme o anúncio, quanto à *ressonância* dos dizeres da propaganda - *O Gigante acordou* - pelas vozes presentes nas manifestações em 2013, por meio de seus cartazes e gritos de ordem e que, inusitadamente, ganharam novos contornos, servindo como discurso de ordem dos manifestantes.

²³ Trata-se de anúncio publicitário da marca Johnny Walker, feita a partir da leitura de “dar-se vida” ao Morro do Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro, combinando-se a vida do penedo ao slogan “O gigante acordou”, que faz menção ao possível despertar econômico do Brasil

3.5 O gigante acordou

TEXTO 13



TEXTO 14



Pêcheux (2012), ao explicar sobre os desdobramentos do enunciado *On a gagné!*, em *O Discurso – Estrutura ou acontecimento*, formula uma passagem que apresenta pistas para se pensar os aspectos discursivos implicados no enunciado de *O Gigante acordou*:

[...] ou daqueles que, “nunca tendo feito política”, estão surpresos e entusiasmados com a ideia de que enfim “vai mudar”?...

O apagamento do agente induz um complexo efeito de retorno, misturando diversas posições militantes com a posição de participação passiva do espectador eleitoral, torcedor hesitante e cético até o último minuto...

(PÊCHEUX, 2012, p.24)

Os elementos gráfico-imagéticos presentes na charge em questão remetem a efeitos de sentido que *ressoam* os mesmos dizeres contidos nos discursos presentes nas imagens 11 e 12: *Não é por centavos. É por direitos e Vá (vem) pra rua*. A imagem do Gigante, do Pão-de-Açúcar, monumento natural que é cartão postal da cidade do Rio de Janeiro e um dos símbolos por que é conhecido o Brasil ressoa, por sua vez, a memória da grandiosidade da pátria, porém (re)significando, por filiação a outros domínios de memória que

não os do anúncio publicitário (o crescimento econômico do país), um conjunto de reivindicações muito mais significativas para a *população* (para os sujeitos envolvidos nas manifestações) do que os *vinete centavos*.

Essa diferença de magnitude nas reivindicações e os efeitos de sentido por ela depreendidos são visíveis pelos espaços destinados a cada uma das necessidades urgentes da *população* transformadas em *partes* do Gigante muito maiores do que o espaço destinado aos *vinete centavos* que, na charge, são indicados por uma pequena pedra caindo da cabeça da criatura.

Abaixo da charge, os dizeres: *Será que agora certas emissoras irão entender o motivo de irmos à rua?*, retomam o *contra-discurso* em relação àquilo veiculado pela *grande mídia*, representada nesta dissertação a partir dos recortes das figuras de Arnaldo Jabor e de sua coluna do *Jornal da Globo* e do jornal *Folha de S. Paulo*, quando o primeiro alegou em sua fala não entender o porquê de se ir à rua (*[...] não pode ser por causa de 20 centavos!*) e ambos (Jabor e o jornal) atribuíram a *vândalos* o ato de se ir à rua por 20 centavos.

Retomando os efeitos de sentido a partir das cores em Orlandi (*Op. cit.*), o *Gigante* da charge é representado nas cores verde e amarelo no corpo e azul com uma listra branca sobre o ombro direito. Observando-se o texto com mais atenção, verifica-se que, na verdade, a criatura está coberta pela bandeira do Brasil (por cobertura entende-se, neste caso, pintura). Outro aspecto digno de nota é o fato de todo o resto da charge ser em tons de cinza.

O objetivo dessa sobreposição de cores da bandeira do Brasil sobre o cinza, a uma cor neutra, de efeito neutralizante, visa a contrastar, a realçar o *símbolo nacional* sobre o comum, sobre a neutralidade. O Brasil está personificado na criatura de pedra. E esse mesmo Brasil é composto, é formado por partes com efeitos de sentido negativos, como a violência urbana, a impunidade, os impostos, o superfaturamento, a falta de um sistema de saúde digno, etc. Como referência maior na imagem da criatura, a característica negativa escolhida pelo chargista para ocupar a cabeça do Gigante/Brasil foi a *corrupção*.

O fato de o substantivo *corrupção* ocupar a cabeça da criatura leva a três leituras possíveis: *a corrupção está na cabeça do gigante*, *a corrupção é a cabeça do gigante* e *a corrupção faz parte da cabeça do gigante*.

No primeiro caso, *a corrupção está na cabeça do gigante*, pode-se atribuir, graças aos domínios de memória que remetem a todos os escândalos políticos recentes da história do país, que a corrupção atinge os responsáveis pela condução do Brasil, aqueles a que metaforicamente se remeteriam como sendo *a cabeça do país*.

A segunda leitura, *a corrupção é a cabeça do gigante*, resgata, por meio dos mesmos domínios de memória da situação anterior, situações em que a corrupção impera no meio político, sem que necessariamente se refira a um ou a outro político especificamente. *A corrupção sempre está lá*. Independentemente de haver ou não um agente político envolvido.

A terceira leitura, por sua vez, *corrupção faz parte da cabeça do gigante*, evoca, além dos domínios de memória que remetem às duas situações anteriores, outros domínios, que remetem ao *jeito brasileiro*, ou à *Lei de Gerson*²⁴, que prega, segundo a cultura popular, o ato de se levar vantagem em tudo. *Ao fazer parte da cabeça do gigante*, a corrupção está no dia-a-dia da sociedade, tomando e sendo parte integrante da constituição social do país e, por extensão, desencadeadora de todos os desvios políticos que porventura possam surgir a partir dessa base social.

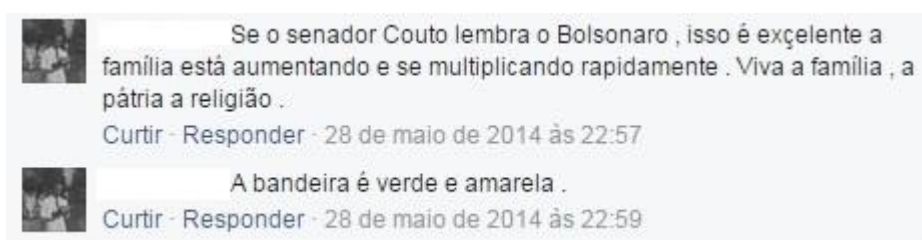
Todos esses *sintomas*²⁵ que compõem o Gigante evocam domínios de memória que se fazem presentes no titã que tem como *cabeça* a corrupção. As

²⁴ A *Lei de Gerson* surgiu a partir de uma propaganda de cigarros protagonizada pelo ex-jogador de futebol da Seleção Brasileira tricampeã mundial de futebol em 1970. No anúncio em questão, ao ser indagado sobre por que fumar uma marca específica de cigarro e não outra, Gerson questiona por que pagar mais caro se o cigarro que ele anuncia lhe dá tudo o que ele procura em um bom cigarro. Gerson solta, então, a frase: *Gosto de levar vantagem em tudo, certo?* Essa frase, em uma leitura que por si já merece análise específica, acabou por cair no vocabulário popular como alusão ao jeito brasileiro de ser.

²⁵ Por *sintomas*, aqui, elencamos metaforicamente cada uma das partes que compõem o gigante de pedra, todas elas produzindo efeitos de sentido negativos, segundo nossa leitura.

cores da bandeira nacional (o símbolo da pátria) contrastam com os efeitos negativos que compõem tal titã. O gigante de pedra *personifica* o Brasil, denotado pelas alusões ao Pão-de-Açúcar e à Bandeira pelo imagético e aos *problemas que fazem parte do Brasil* pelas palavras negativas nele expostas como sendo parte de sua constituição.

E esses efeitos de sentido, por sua vez, remetem à materialidade recortada no texto 9, que corresponde aos comentários a partir da enquete promovida na página do perfil no *Facebook* do grupo *Anonymous* e que reproduzimos novamente:



O comentário feito a partir da pergunta sobre a permissão de bandeiras partidárias nas manifestações das Jornadas de Junho foi: *A bandeira é verde e amarela*. Assim como verde e amarela é a criatura que é construída a partir de elementos que possuem efeitos de sentido negativos quando das manifestações. Como contraponto, em outro símbolo nacional, o Hino Nacional Brasileiro, é representado como elemento de infinita grandeza:

[...] **Gigante pela própria natureza,**
És belo, és forte, impávido colosso,[...]

Mas que, por outro lado, permanece, de acordo com o mesmo Hino, *deitado eternamente em berço esplêndido*, ou seja, em repouso constante, a se considerarem os mesmos domínios de memória que levam a essa construção de uma criatura passiva aos acontecimentos.

O que Guimarães (2005, p.68) trata como *acontecimento enunciativo* pode ser aplicado a esses *efeitos de sentido* depreendidos a partir dos efeitos

de memória que remetem a uma criatura composta de problemas diversos e cuja cabeça é a corrupção, cuja corrupção está na cabeça ou cuja corrupção faz parte da cabeça (entendemos que a tripa leitura é possível). Guimarães afirma que o *acontecimento enunciativo cruza enunciados de discursos diferentes em um texto*. A enunciação, por sua vez, se dá como *o lugar de posições de sujeito que são os liames do acontecimento com a interdiscursividade* (idem).

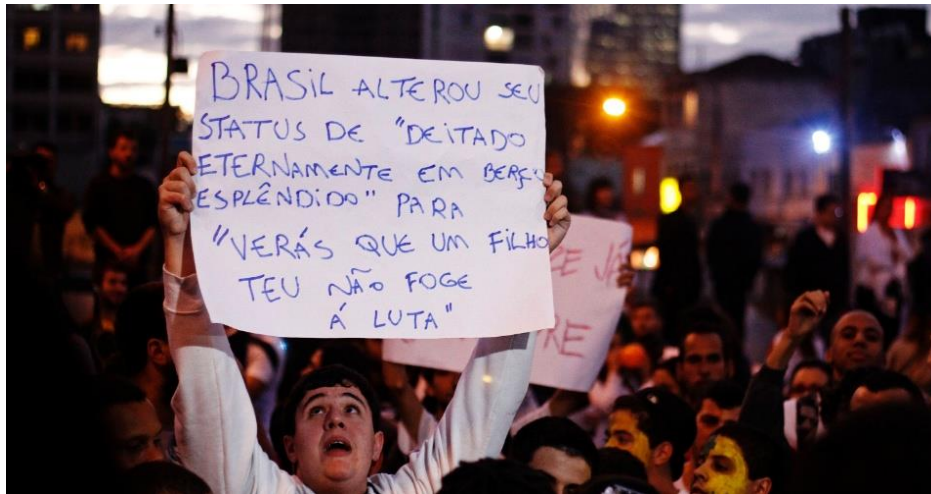
O interdiscurso que permeia as materialidades já apresentadas as constitui como uma sequência de paráfrases/ressonâncias em acontecimentos enunciativos/discursos que, seguindo essa sequência, remete à análise de mais um recorte, cujos domínios de memória *entrecruzam* o simbólico do gigantismo apresentado no Hino Nacional Brasileiro e dão novos contornos a dizeres da Segunda Parte do Hino, conforme apresentamos no texto 15.

O texto 15, também retirado de um *blog*, mostra uma foto de um manifestante segurando um cartaz com os dizeres: *Brasil alterou seu status de “deitado eternamente em berço esplêndido” para “verás que um filho teu não foge à luta”*.

O cartaz que constitui a materialidade *apropria-se* de dizeres da Segunda Parte do Hino Nacional Brasileiro e os (re)significa, de acordo com as suas condições de produção, quais sejam, as manifestações das Jornadas de Junho e os domínios de memória que elas evocam, porém, com um *deslocamento* evidente dos efeitos de sentido da primeira sequência discursiva.

Deitado eternamente em berço esplêndido, no Hino Nacional Brasileiro, significa, entre outras possíveis leituras, evocando os domínios de memória que remetem à produção do Hino e à exaltação da pátria, a ausência de intercorrências naturais significativas como terremotos, furacões ou vulcões, por exemplo. Significa, sob outra ótica, a vocação pacífica do país, cuja memória recente remete à mediação de conflitos e à cultura não belicista.

TEXTO 15



A leitura dos dizeres no cartaz, entretanto, evoca um domínio de memória que diz respeito à *passividade* do povo brasileiro diante de todos os problemas que *compõem o titã de pedra* e que, embora estivessem na condição de *sempre-já-lá*, incomodaram os sujeitos envolvidos nas passeatas de 2013. Essa passividade não é mais tolerada por esses sujeitos, que discursivizam sua indignação com outro *deslocamento*, desta vez do metafórico *fugir à luta* para um efeito de sentido quase literal, considerando-se os confrontos entre manifestantes e policiais nos protestos de 12 de junho daquele ano e a ida, a partir desse evento, de mais manifestantes, em proporção exponencial, às ruas, nos eventos seguintes.

Pêcheux, 2012, ao teorizar sobre o ato descritivo e a interpretação, define o *deslocamento* de sentido afirmando que

todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele implicitamente) (PÊCHEUX, 2012, p.53).

Os versos discursivizados no cartaz funcionam, então, como uma espécie de *vocativo*. Os dizeres ressoam, ainda, *vem pra rua, ressoando o chamamento às ruas, a não fugir à luta*.

O *chamamento* proporcionado pelos dizeres do cartaz deriva do conceito do *discurso-outro* a que Pêcheux (idem) se refere ao falar sobre as possibilidades de interpretação a partir da existência de outros sujeitos, filiados a outras formações discursivas e submetidos a outros domínios de memória, a outras condições de produção, portanto, e que permite que outras *interpretações* possam ser feitas a partir de uma mesma sequência enunciativa:

E é neste ponto que se encontra a questão das disciplinas de interpretação: é porque há o *outro* nas sociedades e na história, correspondente a esse outro próprio ao linguajero discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é por que há essa ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em redes significadoras (PÊCHEUX, 2012, p.54).

O *discurso-outro* retoma a ideia do Esquecimento nº2 de Pêcheux, da ordem da enunciação, que afirma que o dizer sempre pode ser outro. Ao escolher uma determinada forma de formular o discurso, o sujeito *fecha* outras portas de significação que, embora silenciadas, ainda estão lá, compondo a tessitura da teia discursiva. Orlandi, por sua vez, reforça esse pensamento afirmando que:

Essa impressão, que é denominada ilusão referencial, nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras, que só pode ser assim (ORLANDI, 2012, p. 35).

Verás que um filho teu não foge à luta surge, então, como um efeito de *contraste* produzido a partir do *deslocamento* do sentido da primeira parte dos dizeres. Esse *deslocamento* não é impedido pela interpretação lógica a partir do que define Pêcheux, mas sim (re)apropriado sob outras condições de

produção. Os versos do Hino Nacional, nesse caso, são interpretados, relidos, a partir de sujeitos filiados a outros domínios de memória, em outras condições de produção, em outro momento histórico.

A ressonância do *não fugir à luta* por meio dos dizeres *vem pra rua*, dizeres estes que permeiam todas as materialidades recortadas nesta dissertação, faz-se ainda presente na última materialidade a ser analisada.

Esta materialidade, entretanto, acrescenta uma presença imagética adicional que retoma o *conflito* entre os discursos provenientes das manifestações das ruas (e de suas ressonâncias no ambiente digital) e das informações veiculadas a partir da mídia sobre os mesmos eventos. O *conflito* a que nos referimos acaba por abrir uma nova possibilidade de leitura sobre o papel da mídia nas manifestações: o de *vandalizadora* mental; de *demonizadora*.

3.6 Vandalismo Mental – a mídia demonizada

O texto 16 é uma foto, recortada a partir de uma página na internet sobre as manifestações em Juiz de Fora, Minas Gerais, em 2013. Na imagem, em primeiro plano, um rapaz segura um cartaz em que se leem os dizeres: *Vandalismo Mental*, associado a uma versão do logotipo da Rede Globo de Televisão com características que remetem a uma figura demoníaca (chifres e rabo) e, novamente, o chamamento: *vem pra rua!!*

Muito embora *vem pra rua* seja um enunciado presente em todas as materialidades por meio de relações de paráfrase ou de ressonância, a característica peculiar da leitura do enunciado no cartaz em questão é a abordagem ao papel da mídia na transmissão das informações.

TEXTO 16



A ela, mídia, sempre coube o papel de informar, conforme já dissemos, os fatos, baseados na provável imparcialidade de imprensa. Todavia, o posicionamento discursivo da mídia ante os fatos ocorridos nas Jornadas de Junho de 2013 suscitou entre os manifestantes uma grande desconfiança em relação às notícias veiculadas, como bem aponta Pinheiro:

A imprensa de referência, por sua vez, nos exemplos brevemente estudados, ancorou sua abordagem em uma tradição de pensamento aparentemente mais robusta, sustentada há muito por uma minoria detentora do poder. Para ela, as 125 massas são ignóbeis e precisam ser contidas. Esse movimento se dá pela atribuição de identidades aos membros da massa, invertendo o que favorece a atitude criminosa segundo Coli: distinguíveis, os manifestantes tornam-se capturáveis e, assim, puníveis. (PINHEIRO, 2014, p. 124).

Os eventos a que se refere Pinheiro dizem respeito a um possível movimento de *identificação de líderes* por parte da imprensa, representada principalmente pelos órgãos de grande mídia, para as passeatas de 2013 e também para os atos de vandalismo. Segundo o autor, a distinção entre *dois blocos*, o dos *caras tapadas* e o dos *caras limpas* permitiria, à mídia, identificar e *mediatizar* possíveis vozes a que as marchas de junho remetessem, o que contrariaria o discurso de que as manifestações não teriam líderes, de que seriam organizadas de forma quase automática por meio das redes sociais e da participação espontânea.

Ainda segundo Pinheiro:

Ao mesmo tempo, a rejeição das massas e dos indivíduos anônimos gera outra reação: não necessariamente de torná-los visíveis, mas de criminalizá-los enquanto coisa oculta que pode representar um perigo. A mídia clássica cumpriu essa cartilha na cobertura dos protestos, empenhada na separação de manifestantes – pacíficos, ordeiros, legítimos – e vândalos – ocultos, desvirtuados, sem sintonia com as justas causas reivindicadas. O entendimento do sujeito anônimo como um criminoso em potencial é, ainda, atualizado (PINHEIRO, idem).

Embora a *criminalização dos sujeitos* não esteja entre os escopos da presente dissertação, optamos pelo recorte neste momento para apresentar *ainda* outros argumentos que reforçam a *discursividade* presente no texto analisado e que, indissociavelmente, faz parte das condições de produção do discurso anti-midiático, tônica esta, aliás, a do cartaz empunhado pelo manifestante no texto 16.

Paradoxalmente, nesta análise, não se verificam indivíduos com rostos cobertos, ou *tapados*, como indicativos de que pudessem representar os vândalos a que a mídia se referia nas coberturas das passeatas em 12 de junho – episódios retratados por meio da coluna de Arnaldo Jabor e da capa da *Folha de S. Paulo* já apresentados nesta dissertação. Ao contrário, o que se verifica são manifestantes de *rostos limpos*, sem coberturas, e ainda alguns

com as cores da bandeira do Brasil pintadas no rosto. Verifica-se, inclusive, a presença de manifestantes sorrindo.

O *contraponto* em relação ao papel da mídia exposto por Pinheiro (*op. cit.*) ressoa a ideia de que as marchas de manifestantes eram compostas por vândalos, conforme veiculou-se em meados do mês de junho de 2013.

No cartaz, o enunciado *vandalismo mental* recorre aos domínios de memória trazidos por essa *veiculação midiática* ao referir como vândalos aqueles que se manifestavam por aquilo que consideravam ser uma defesa de seus direitos.

Não podemos nos furtar, contudo, de afirmar que os efeitos de sentido do discurso apresentado no cartaz são reforçados pela presença da imagem do logotipo da Rede Globo de Televisão *demonizado*, caracterizado como um ente demoníaco, capaz de *vandalizar* mentalmente aqueles que àquela emissora porventura assistem.

O papel da mídia televisiva como formadora de opinião é algo que vai além das preocupações imediatas desta pesquisa. Vale ressaltar, porém, a abrangência da Rede Globo de Televisão no mercado televisivo brasileiro, dados o seu aporte logístico e a influência direta e indireta nos costumes do povo por meio de suas telenovelas, programas de auditório e em seus telejornais.

E nos telejornais, no formato brasileiro de veiculação de notícias, o que impera é o visual, a imagem. Rezende (2000), afirma que:

Conforme certa concepção de telejornalismo, predominante no Brasil, à imagem se confere uma função primordial no processo de codificação das notícias, enquanto a palavra cumpriria um papel secundário, quase de mero complemento e suporte da informação visual (REZENDE, 2000, p.43).

O que chama a atenção na TV são as imagens. Essas imagens, ao contrário do rádio e do jornal, conferem o dinamismo às matérias

telejornalísticas. Considerando-se o papel *coadjuvante* do texto, a leitura de imagens no *espaço* telejornalístico faz-se, portanto, um fator determinante nos efeitos de sentido produzidos a partir da mesma notícia em relação à veiculação no rádio, por exemplo. Afinal, é possível acompanharmos uma notícia sendo transmitida em um telejornal com o volume do aparelho de televisão ou muito baixo ou desligado, coisa que não é possível quando o suporte é o rádio, por exemplo.

Rezende cita, ainda, o manual de telejornalismo da Rede Globo de Televisão, este espelhado nas normas da *Television News* que, segundo ele, é um *receituário do jornalismo norte-americano que a TV brasileira adaptou à nossa realidade*.

Respeitar a palavra é muito importante no texto da televisão. Imprescindível, no entanto, é não esquecer que a palavra está casada com a imagem. O papel da palavra é enriquecer a informação visual. Quem achar que a palavra pode competir com a imagem está completamente perdido. Ou o texto tem a ver com o que está sendo mostrado ou o texto trai a sua função (Rede Globo de Televisão, 1984, p. 11, *apud* REZENDE, 2000, p.44).

A imagem está(estaria), portanto, vinculada à necessidade do texto como *coadjuvante* no suporte para que os efeitos de sentido do discurso veiculado sejam os mais próximos possíveis daquilo que se pretende ao noticiar um fato. Todavia, o bombardeio de imagens de manifestantes de *caras tapadas* pareceu, na cobertura das Jornadas de Junho, sobrepor os efeitos que seriam pretendidos ao se noticiar *os fatos* tais quais eles aconteciam. Alia-se a esse argumento o *texto* veiculado em um jornal televisivo de grande alcance nacional, o *Jornal da Globo*, com a coluna de Arnaldo Jabor, qualificando os então manifestantes como *vândalos*.

O texto 16, por fim, sintetiza o sentimento transparecido pela falta de confiança na mídia durante a cobertura das manifestações de 2013. Essa falta de confiança, contudo, não encontra suporte somente nos domínios de memória que remetem às Jornadas de Junho. Ela se faz presente em domínios

de memória que retomam o papel da mídia brasileira de grande alcance diante dos acontecimentos que envolveram disputas políticas em que se fez presente a causa social no país²⁶ no decorrer do último século, principalmente a partir de sua *maior* veiculadora: A Rede Globo de Televisão.

Invocar, portanto, protestos contra a *mídia demonizada*, aquela que *vandaliza* os movimentos populares, incorre em *vandalismo mental*. Esta noção, aliada à discursividade de *vem pra rua*, acrescenta uma leitura ressonante em relação ao ato de protestar no cartaz em questão: *vem pra rua contra o vandalismo mental e a mídia demoníaca*.

²⁶ Entendemos que o *papel da mídia*, principalmente da Rede Globo de Televisão, na cobertura de eventos que envolveram os movimentos sociais e também na (a)cobertura de fatos importantes à política brasileira e à Luta de Classes no país é de vital relevância para a compreensão dos efeitos de sentido da discursivização dos protestos no Brasil. Todavia, reservamo-nos o direito de não aprofundar essa noção por ora, uma vez que este recorte, assim como outros já mencionados anteriormente, faz parte do escopo de um projeto de Doutorado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As redes sociais, quando da organização das manifestações das Jornadas de Junho de 2013, evidenciam lugar de *conflito* entre o discurso proveniente da grande mídia e o discurso dos sujeitos envolvidos nos protestos.

A exemplo do que ocorreu na Grécia em 2011 e na Turquia, esta última em momento contemporâneo ao das manifestações no Brasil, o papel das redes sociais, em especial as duas neste trabalho estudadas, *Twitter* e *Facebook*, serviu para que os discursos provenientes das ruas possam ser observados sob seus diferentes efeitos de sentido e sob outras condições de produção, ao serem estudadas tanto a mídia quanto as redes sociais. Alguns fatos evidenciados pela mídia jornalística sob a ótica da imprensa adquirem outras nuances através das posições-sujeito daqueles que interagem nas páginas das redes sociais.

Aparentemente, registro nosso, o estopim dos discursos contrários àquilo que a mídia divulgava como *notícia* iniciou-se com a declaração do jornalista Arnaldo Jabor, colunista do *Jornal da Globo*, na Rede Globo de Televisão e da rádio *CBN*, pertencente à mesma organização, transcrita no corpus desta pesquisa. Os domínios de memória presentes em algumas das materialidades colhidas a partir das manifestações evocam sentidos que remetem não só à fala direta de Jabor de que *não pode ser por causa de 20 centavos*, mas ao papel das emissoras de televisão de grande porte, em especial a Rede Globo (emissora a que pertence o jornalista em questão) na divulgação de informações que remetem ao histórico da *luta de classes* no Brasil e que, do ponto de vista discursivo, remetem à *demonização* por parte de algumas posições-sujeito envolvidas nos protestos.

As comparações por parte de Jabor dos manifestantes à “organização criminosa de São Paulo” e a “filhos de classe média”, e o uso de termos que remetem ao vandalismo pelo jornal *Folha de S. Paulo* antagonizam com os

discursos provenientes dos grupos *Anonymous Brasil* e *Movimento Passe Livre*.

As paráfrases constatadas nas materialidades colhidas também evocam o *não-dito* pela elipse de designações que indicam um apagamento social, histórico, de discursos silenciados nas formações discursivas em que se inserem, deixando transparecer que, ao contrário daquilo que se veicula como informação oficial por meio do que Althusser classifica como *AIE de imprensa*, existe uma série de direitos abnegados aos sujeitos. Direitos esses que (re)significam na expressão *É(também) por direitos*.

Essa (re)significação a partir do silêncio é a mola mestra para que se convoque a população à rua com outra opção da ordem do dizível: *vem pra rua*.

Ao ir para a rua, o sujeito deixa de ficar em casa. Não se torna, de acordo com o discurso, ente passivo nas manifestações. Torna-se parte integrante no aspecto visual (enquanto massa) daquilo que a formação discursiva em que se insere representa. Vai para a rua e reivindica por seus direitos silenciados.

O contraponto ao discurso veiculado pela mídia, de que a manifestação é *apenas* pela redução das tarifas do transporte público e que esta, a manifestação, é composta predominantemente por *vândalos*, faz *despertar o Gigante*, uma ressonância discursiva a partir de uma propaganda televisiva veiculada na época das manifestações e que, por sua vez, já ressoava discursos presentes no Hino Nacional Brasileiro.

Este *Gigante*, representado nas ruas pelo *povo brasileiro* e pela discursividade na posição-sujeito do manifestante, fez convergir pessoas de diferentes orientações políticas, classes sociais e credos, em um só bloco, filiado a uma mesma *FD*, a dos movimentos sociais. Nas ruas, os gritos de ordem misturaram desde o canto do Hino Nacional Brasileiro até o chamamento constante, entoado em forma de *mantra*, de *vem pra rua*.

Os efeitos de sentido dessa onda de euforia por mudanças extrapolam os limites do território nacional por meio de passeatas organizadas em outros países em cuja orientação, conforme analisamos, incide uma variação em paráfrase do *vem pra rua*. Ao invés de simplesmente convocar, o sujeito protestante vale-se do vocativo, para *mandar* o outro à rua: *Vá pra rua (go to the street)*.

A mudança na forma verbal mostra também o deslocamento de sentido, para além da paráfrase, a partir da manifestação de uma tomada de posição do sujeito e do chamado simultâneo, do outro, a também identificar-se. *Eu já estou na rua! Vá para a rua você também!*

Essa tomada de posição em *mandar* o outro à rua evoca outras ressonâncias que se fazem presentes a partir do Hino Nacional Brasileiro: o sujeito protestante se insere na condição de *metonímia* da Nação e sai de seu *status* de *deitado eternamente em berço esplêndido*, portanto alheio aos acontecimentos que o cercavam, apático em relação às vozes que vinham das ruas, para *verás que um filho teu não foge à luta*, reivindicando para si o *dever* de protestar, de engajar-se na luta social que as Jornadas representavam naquele momento.

Para os sujeitos envolvidos nas manifestações, as arbitrariedades cometidas pela mídia não poderiam passar incólumes. Verificaram-se nos discursos *Será que agora certas emissoras irão entender o motivo de irmos à rua?* e em *vandalismo mental* um posicionamento claro de refutação àquilo que os manifestantes consideravam parcialidade por parte da mídia diante dos fatos que ocorriam à época e direcionamento do discurso em prol da criminalização de um movimento popular.

Por fim, a *demonização da mídia* antes referida fecha um ciclo de paráfrases e de ressonâncias que se puderam fazer sentir em relação às discursividades recortadas das manifestações das Jornadas de Junho de 2013.

Os efeitos de sentido presentes em *Não é por centavos* e em uma de suas afirmações (*é por direitos*) levaram uma massa protestante da ordem de

milhões de pessoas às ruas das principais cidades do Brasil para reivindicar por direitos básicos que ultrapassaram a ideia inicial da simples redução das tarifas do transporte público.

Consideramos que alguns aspectos importantes para identificar as condições de produção dos discursos das manifestações anteriores àqueles das Jornadas de 2013 poderiam ser também analisados nesta dissertação. Todavia, dada a extensão do recorte, optamos por dividi-los em dois momentos.

Este que aqui apresentamos fecha a primeira parte. A segunda parte compreenderá, em pesquisa de Doutorado, a *polarização* desses discursos em *pró-governo* e *anti-governo*, ou em *progressistas* e em *anticomunistas* e que remetem a domínios de memória que compreendem os discursos que antecederam o Golpe de 64, tanto por parte do governo do então Presidente, João Goulart, de defesa da visão do governo de linha social, quanto por parte dos opositoristas, com os discursos da igreja, da grande mídia e do *anticomunismo* americano (enviesado) nas falas dos defensores da moralidade da época.

Esses argumentos, por ora, justificam o não aprofundamento desta dissertação nos outros recortes citados. Todavia, consideramos que o que aqui foi exposto ajudará a compreender melhor um momento histórico recente por que passou o país e todas as discursividades a ele relacionadas e, a partir daí, auxiliará a perfazer um mapeamento mais detalhado do discurso dos movimentos populares em contraposição ao discurso da mídia no país, reflexo este do discurso proveniente da *luta de classes* no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2009.

BETHANIA, Mariani. **Textos e Conceitos Fundadores de Michel Pêcheux: uma retomada em Althusser e Lacan**. Artigo da Revista de Linguística da UNESP, disponível em <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/2873/2647>.

BRANDÃO, Helena. **Introdução, à Análise do Discurso**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2012.

COURTINE, Jean Jacques. **Análise do discurso político. O discurso comunista endereçado aos cristãos**. Trad. Cristina São Carlos: EDUFSCAR, 2009.

CRYSTAL, David. **A revolução da Linguagem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda. 2006

_____. **Internet Linguistics – A student guide**. New York: Routledge. 2011.

DAVALLON, Jean. **A imagem, uma arte de memória? In: O Papel da Memória**. **ACHARD**, Pierre [et al], Campinas: Pontes, 1999.

DIAS, C.; **BARBAI**, M. A.; **COSTA**. G. C. **Movimentos da contemporaneidade: a rua, as redes e seus desencontros**. In: RUA [online]. 2014, Edição Especial - ISSN 1413-2109. Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade. <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>

DRESCH, Márcia. **A voz que nos incomoda – um estudo sobre o discurso do réu**. Tese de doutorado. UFRGS, 2007.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O quadro atual da análise de discurso no Brasil. In: Revista Letras, nº 27. UFSM, Dez. 2003. Disponível em <http://cascavel.cpd.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/letras/article/download/11896/7318>

FOUCAULT, Michel. The Essential Foucault: Selections From the Essential Works of Foucault 1954-1984. Paul Rabinow and Niklas Rose ed. New York: New Press, 2003.

_____. **A Ordem do Discurso.** São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **A Arqueologia do Saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2002. 6ª Edição.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. A língua inatingível: o discurso na história da linguística. Campinas: Pontes, 2004.

GADET, F. HAK, T. (Orgs.). Por uma Análise Automática do Discurso, uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. Unicamp, 2010.

GODOY, Fernanda. O Brasil nas ruas (org.). E-book. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 2013.

GUIMARÃES, Eduardo. Os limites do sentido. Um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas: Pontes, 2005. 3ª Edição.

LÉVY, Pierre. O que é o virtual? São Paulo: Editora 34, 2007.

MAINGUENEAU, Dominique. Termos-chave da Análise do Discurso. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2006.

MITTMANN, S. Apresentação do texto Lecture et Mémoire: projet de recherche. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M.C. (Orgs.). Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005. p. 245-250.

MARCUSCHI, Luiz A.; XAVIER, Antônio C. Hipertexto e gêneros digitais – novas formas de construção de sentido. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

NARZETTI, Claudiana. As linhas de análise do discurso na França nos anos 60-70. RevLet. Revista Virtual de Letras. Volume 2. Goiânia: 2010

ORLANDI, Eni P. Paráfrase e polissemia – A fluidez nos limites do simbólico. In: *Revista Rua*, Vol. 4. Campinas, 1988.

_____. **Interpretação. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.** Petrópolis: Vozes, 1998, 2ª Ed.

_____. **População urbana e seus modos de vida.** In: MORELLO, Rosângela (Org.). *Giros na cidade: materialidade do espaço.* Campinas, SP: Labeurb/Nucecri-Unicamp, 2004.

_____. **Michel Pêcheux e a Análise de Discurso.** Artigo da Revista Estudos da Língua(gem), Vitória da Conquista, 2005, disponível em <http://www.cpelin.org/estudosdalinguagem/n1jun2005/artigos/orlandi.pdf>.

_____. **A contrapelo: incursão teórica na tecnologia: discurso eletrônico, escola, cidade.** RUA [online]. 2010, no. 16. Volume 2 - ISSN 1413-2109. Consultada no Portal Labeurb – *Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade* <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>

_____, **LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (Orgs.). Discurso e Textualidade.** Campinas: Pontes, 2010.

_____. **Gestos de Leitura.** Campinas: Ed. Unicamp, 2010.

_____. **As Formas do Silêncio – no movimento dos sentidos.** Campinas: Ed. Unicamp, 2011.

_____. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos.** Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel, FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: Por uma

Análise Automática do Discurso. **GADET**, Françoise, **HAK**, Tony. Campinas: UNICAMP, 2010.

PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso**. Campinas: Pontes, 2012.

_____. **O Discurso – Estrutura ou Acontecimento**. Campinas: Pontes, 1990.

_____. **Semântica e Discurso**. Campinas: Ed. Unicamp, 2009.

_____. **Sobre os Contextos Epistemológicos da Análise do Discurso**. *in*: Cadernos de Tradução. Instituto de Letras. UFRGS, 1998.

PINHEIRO, Carlos Henrique. Entre lideranças e “caras tapadas”: a grande imprensa contra o anonimato dos manifestantes. *In*. Revista Rumores. Universidade de São Paulo – Número 15 – Volume 8, 2014. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/Rumores/article/download/83568/86505>.

REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial**. São Paulo: Summus, 2000.

SERRANI, Silvana M. **A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição na discursividade**. Campinas, Editora UNICAMP, 2ª Ed. 1997.

SERRANI-INFANTE, Silvana. **Formações discursivas e processos identificatórios na aquisição de línguas**. *DELTA* [online]. 1997a, vol.13, n.1, pp. 63-81. ISSN 1678-460X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44501997000100004>.

SILVA, Juremir Machado da. **1964. Golpe midiático-civil-militar**. Porto Alegre: Sulina, 6ª Ed. 2015.

VENTURINI, Maria Cleci. **Imaginário Urbano. Espaço de rememoração/comemoração**. Passo Fundo: UPF Editora, 2009.

ZANDWAIS, Ana. **Perspectivas da Análise do Discurso Fundada por Michel Pêcheux na França: uma retomada de percurso**. Santa Maria: PPGL-UFSM, 2009.

ÍNDICE DE TEXTOS

Texto 1 - (Disponível em: <https://www.facebook.com/events/206334352736094/>, acessado em 16/03/2015, às 13h05)

Texto 2 - (Disponível em: <https://www.facebook.com/events/206334352736094/>, acessado em 16/03/2015, às 13h05)

Texto 3 - (Disponível em <https://twitter.com/YourAnonNews/status/341343661214269440> acessado em 23/03/2015, às 15h14)

Texto 4 - (Disponível em <https://www.facebook.com/groups/555236244522366/?fref=ts>, acessado em 23/03/2015, às 15h41)

Texto 5 - (Disponível em <https://www.facebook.com/groups/555236244522366/?fref=ts>, acessado em 23/03/2015, às 15h41)

Texto 6 - (Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cp12062013.shtml>, acessado em 28/06/2013, às 2h53.)

Texto 7 - (Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cp20062013.shtml>, acessado em 28/06/2013, às 3h07)

Texto 8 - (Disponível em <https://www.facebook.com/AnonimosBR?fref=ts>, acessado em 24/03/2015, às 16h)

Texto 9 - (Disponível em <https://www.facebook.com/AnonimosBR?fref=ts>, acessado em 24/03/2015, às 16h)

Texto 10 - (Disponível em: <https://www.facebook.com/MovimentoPasseLivrempf?fref=ts>, acessado em 24/03/2015, às 15h55)

Texto 11 - disponível em <http://www.pragmatismopolitico.com.br/wp-content/uploads/2013/06/00000-foto-maes-de-maio.jpg>, acessado em 27/06/2013, às 15h48)

Texto 12 - (Disponível em <http://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/entretenimento/2013/06/18/expulso-dos-protestos-caco-barcellos-desabafa-so-fui-impedido-de-trabalhar-pela-ditadura.htm#fotoNavId=pr10358503>, acessado em 27/06/2013, às 17h45)

Texto 13 – (Disponível em http://4.bp.blogspot.com/-XRjwg7utkTw/UcQmma5WQ7I/AAAAAAAAAEfA/_lb1yFAUctE/s1600/motivos_dos_protestos_m_anifestacoes_midia_vendida_corrupcao.jpg, acessado em 27/06/2013, às 21h13)

Texto 14 - (Disponível em: <http://consumoepropaganda.ig.com.br/index.php/2011/10/10/gigante-acorda-em-campanha-de-johnny-walker/>, acessado em 27/06/2013, às 21h52)

Texto 15 - (Disponível em: <https://vasosdopurus.wordpress.com/2013/06/26/7149/>, acessado em 27/06/2013, às 22h24)

Texto 16 – (Disponível em http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/60/2%C2%BA_Junta_Brasil_em_Juiz_de_Fora_-_cartaz_contra_a_Globo_e_a_favor_da_educa%C3%A7%C3%A3o.JPG, acessado em 27/06/2013, às 23h51)